

**UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI  
BRENNO VITORINO COSTA**

**PARQUES URBANOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO:  
DISTRIBUIÇÃO E SEGREGAÇÃO**

São Paulo  
2012

**BRENNO VITORINO COSTA**

**PARQUES URBANOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO:  
DISTRIBUIÇÃO E SEGREGAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentado à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre do Programa de Mestrado em Hospitalidade, na área de concentração Hospitalidade e linha de pesquisa Dimensões Conceituais da Hospitalidade e do Turismo da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Octávio de Lima Camargo.

São Paulo  
2012

**BRENNO VITORINO COSTA**

**PARQUES URBANOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO:  
DISTRIBUIÇÃO E SEGREGAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentado à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre do Programa de Mestrado em Hospitalidade, na área de concentração Hospitalidade e linha de pesquisa Dimensões Conceituais da Hospitalidade e do Turismo da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Octávio de Lima Camargo.

Aprovado em:

---

Prof. Dr. Luiz Octávio de Lima Camargo / Universidade Anhembi Morumbi

---

Prof. Dr. Vladimir Bartalini / FAU-USP

---

Prof. Dr. Airton José Cavenaghi / Universidade Anhembi Morumbi

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o apoio incondicional do Prof. Luiz Octávio de Lima Camargo na realização deste trabalho. Ele, com enorme paciência, aguentou as minhas instabilidades (que não foram poucas em dois anos e meio) e me muito contribuiu para a execução deste trabalho.

Segundo, agradeço ao músico Hélio Ziskind. Sua trilha sonora deixou (e ainda deixa) meu pequeno Pedro calmo e feliz e permitiu ao papai escrever este trabalho durante o dia. Da mesma forma, aos músicos do Led Zeppelin, Pink Floyd e Beatles por comporem músicas que embalaram (no formato lullaby, claro), muitos sonos do Pedro e permitiram o trabalho de madrugada também...

Agradeço e saúdo os professores do Mestrado em Hospitalidade, em especial Maria do Rosário Rolfsen Salles e Airton José Cavenaghi, pelas discussões em sala de aula que tanto contribuíram para este trabalho.

Um agradecimento carinhoso aos amigos que fiz no Mestrado, como Andréa Zago, Andréia Dias, Francismar, Marianne, Carol Angeli, Talita, Rose, Lilian, Mário, Hudson, Rebeca, Idália, Camila e Leonardo, pelas conversas, brincadeiras, apoio, pelos espetos no Perereca da Vizinha e algumas raras (infelizmente) cervejas por aí.

Em eterno obrigado a minha mãe, que há 20 anos me acompanha do céu, e ao meu pai, que me acompanha de lá desde o ano passado. Sem vocês eu simplesmente não estaria aqui.

Finalmente, não posso deixar de agradecer as broncas e, principalmente, o amor, carinho, companheirismo, apoio, colo, tudo, da minha doce Rafaela, que durante o nosso Mestrado ainda nos presenteou com o pequeno Pedro. E, claro, um amasso apertado nesse bebê maravilhoso, que com seu sorriso (ainda) banguela me dá forças todos os dias para seguir adiante e nunca desistir dos meus sonhos.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar como a distribuição dos parques municipais da cidade de São Paulo reflete a segregação social e a exclusão social no município. Como pesquisa exploratória, levanta a área verde dos diferentes parques municipais e as confronta com o mapa da Exclusão/Inclusão Social desenvolvido em projeto coordenado por Sposati (2002). Busca-se contextualizar noções de áreas verdes desde os primeiros estudos surgidos no século XIX, sua tipologia e sua inserção desejável no espaço urbano. Para subsidiar a análise, o estudo discute os conceitos de exclusão social, segregação espacial e espoliação urbana. A análise mostra que a oferta atual de área verde em parques municipais da cidade de São Paulo é insuficiente tanto em termos de área total quanto da distribuição espacial, especialmente nos distritos periféricos e naqueles em que a exclusão social se faz mais evidente.

**Palavras-chave:** Hospitalidade. Segregação espacial. Exclusão social. Lazer. Parques urbanos.

## ABSTRACT

This work aims to analyze how the distribution of municipal urban parks reflects special segregation and social exclusion in the city of São Paulo, São Paulo, Brazil. As an exploratory research, it identifies green areas in municipal parks in relation to São Paulo's Social Exclusion/Inclusion Map, a project coordinated by Sposati (2002). It presents notions about green areas, its typology and desirable insertion in urban areas. In order to substantiate the analysis, the study discusses the concepts of green area special segregation, social exclusion and urban exploitation. The analysis shows that the São Paulo's current offer of urban parks is insufficient in terms of total area and special distribution, mainly on peripheral districts and where social exclusion is specially clear.

**Palavras-chave:** Hospitality. Spacial segregation. Social exclusion. Leisure. Urban Parks.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição dos parques municipais em São Paulo .....	62
Figura 2 – Distribuição dos parques municipais pré e pós gestão Kassab .....	65
Figura 3 – Mapa da Exclusão – São Paulo .....	70
Figura 4 – Mapa dos parques municipais de São Paulo .....	70

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Classificação dos espaços verdes segundo o tipo e raio de influência.....	32
Tabela 2 – População por distrito e taxa de crescimento na última década.....	44
Tabela 3 – População do Município de São Paulo, taxa de crescimento e comparação.....	45
Tabela 4 – Evolução da criação dos parques municipais e índice de área verde por habitante .....	55
Tabela 5 – Quantidade de parques municipais por subprefeitura e distrito.....	61
Tabela 6 – Quantidade de parques municipais e população por subprefeitura.....	67

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ONU – Organização das Nações Unidas

PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SVMA – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1. PARQUES URBANOS COMO ESPAÇOS DE LAZER.....	17
1.1 Aspectos relevantes .....	17
1.1.1. No mundo .....	17
1.1.2. No Brasil .....	20
1.2 Definições .....	28
1.3 Tipologia e inserção de áreas verdes e livres no espaço urbano .....	30
2. URBANIZAÇÃO, SEGREGAÇÃO E ÁREAS VERDES EM SÃO PAULO .....	35
2.1 Urbanização e segregação espacial .....	35
2.2 População na cidade de São Paulo .....	42
2.3 Evolução e implantação dos parques urbanos na cidade de São Paulo .....	47
3. ANÁLISE DOS DADOS: DISTRIBUIÇÃO DOS PARQUES MUNICIPAIS E SEGREGAÇÃO AO ACESSO.....	57
3.1 Metodologia .....	57
3.2 A distribuição dos parques municipais na cidade de São Paulo .....	60
3.3 A segregação no acesso aos parques municipais e a relação com as áreas de inclusão / exclusão .....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76
DISSERTAÇÕES E TESES .....	78

## INTRODUÇÃO

Os parques urbanos surgiram no século XIX sob o efeito das condições nas quais as cidades modernas se implantaram sobre os escombros da cidade medieval. Podem ser destacados dois contextos para a criação dos primeiros parques: em primeiro lugar, a consciência do impacto da falta de higiene sobre a saúde da população, mormente após as descobertas de Pasteur e, de outro, o duro cotidiano das nascentes classes operárias, que ainda mal tinham conquistado direitos que os permitisse uma vida mais digna, pois tanto as condições de trabalho como as de moradia dessas pessoas eram as piores possíveis.

Ao longo do tempo, os parques ganharam visibilidade e importância, tornando-se até mesmo atrativos turísticos e referências de cidades (como esquecer exemplos como o *Central Park* de Nova Iorque, o *Hyde Park* de Londres e *Vila Borghese* em Roma, dentre tantos outros?). Daí que o tema foi rapidamente associado ao planejamento urbano, onde os parques são, como poderá ser visto adiante, fundamentais para a manutenção de uma temperatura ambiente menos agressiva e como áreas de lazer e recreação, sempre atribuindo ao poder público o papel de protagonista na criação dos mesmos. Como exemplo, ao definir o lazer como um dos direitos sociais da população, o artigo 6º da Constituição Federal brasileira evidencia o papel do poder público no provimento de espaços para prática do lazer. Embora não seja o único responsável pela oferta de opções de lazer, o Estado tem o dever e condições privilegiadas para propor e decidir sobre alternativas de uso de espaços urbanos.

Os estudos sobre parques urbanos no Brasil são recentes e pouco numerosos. Segundo o Banco de Dissertações e Teses da CAPES, de 1987 até 2010, foram realizados apenas 20 estudos (CAMARGO et al, 2011). É de se lembrar que as dissertações e teses definem as fronteiras teóricas de análise de um campo.

Entre os estudos mais gerais, Santini (1987) procura analisar a importância do espaço urbano no contexto do lazer, enfocando a necessidade de conduzir pequenos espaços de lazer para o atendimento do público de vizinhança sob análise de praças e parques, principalmente voltados para as práticas do lazer, onde poderá indicar índices de melhoria da qualidade de vida e resgatar a cidade ao seu principal usuário, o paulistano. Kliass (1989) resgata elementos da história de parques urbanos, sua evolução e seu impacto na urbanização, como inserção na estrutura da

cidade. Luciene da Silva (2003) buscou compreender o papel da percepção dos atores urbanos que comprometem a implementação de um uso urbano de proteção especial – parque urbano e concluiu que a dificuldade para implementação do Parque Urbano e Vivencial do Gama se dá pela crença dos atores institucionais de que tal implementação provocaria a desaprovação de eleitores e a comunidade não vê os possíveis benefícios que esta implementação traria.

Em sua pesquisa, Cláudia de Oliveira (2004) procurou comprovar a necessidade de integração do plano de manejo do Parque Nacional da Tijuca com as políticas urbanas de entorno e a participação efetiva da sociedade civil. Adjalme Ferreira (2005) também analisou os efeitos positivos gerados pelos parques urbanos e também a qualificação e definição das funções do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro. Mariana de Albuquerque (2006) estudou os espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana, em especial os parques urbanos, observando a relação entre forma-conteúdo, função, estrutura e processo para identificar as memórias, rugosidades e metamorfoses e por fim obter a percepção de que os arranjos territoriais urbanos refletem as formas de gestão sócio-espacial. Ademir de Oliveira (2007) realizou uma análise e uma avaliação de práticas de usos dos espaços do Parque do Flamengo. Ricardo Teixeira (2007) propôs uma investigação sobre parques urbanos, buscando fazer uma análise de apropriação pelos usuários dos mesmos localizados na Bacia da Pampulha, em Belo Horizonte. Por fim, Felipe de Souza (2008) buscou a compreensão dos processos de transformação do espaço público na sociedade contemporânea nos parques urbanos de Porto Alegre – RG para estudar a gestão do espaço público e a relação entre sociedade civil e Estado,

Entre os estudos específicos sobre os parques urbanos no Brasil, devem ser lembrados Corrêa (2002) que pesquisou os parques Piqueri, do Carmo e Raul Seixas, todos situados na zona leste da cidade de São Paulo, procurando desvelar o processo histórico que deu origem a estes espaços. Martins (2002) procurou compreender como o Parque Trianon, em São Paulo, é visto pela mídia impressa e pelos seus usuários. Os estudos acerca da relação homem-natureza na cidade de São Paulo realizados por Schreiber (1997) giram em torno das representações de natureza na metrópole paulistana em um Domingo no Parque Estadual Alberto Lofgren. Em 2004, Maria Laruccia procurou fazer uma análise das mudanças que ocorreram em determinado bairro após a implantação de um parque urbano, procurando entender qual o significado dos parques em São Paulo. Burjato (2004)

buscou, em seu estudo, discorrer sobre a acessibilidade dos espaços de lazer de São Paulo às pessoas com deficiência. O trabalho de Luiz Macarrão (2009), por fim, analisa as ações relacionadas à implantação de parques públicos entre 1989 e 2008, em São Paulo, tendo como objetivo compreender a tendência das ações e sua relação com a política urbano-ambiental.

Merecem ser destacados os estudos específicos sobre o Parque do Ibirapuera. Barone (2007) aborda o eixo comemorativo do IV centenário do de São Paulo e a construção desse parque. Roberto Silveira (2003) estudou a interação entre o cidadão, a cidade e o lazer no município de São Paulo, elegendo o Parque do Ibirapuera para estudo de caso devido sua importância para a cidade. Paulo Nunes Junior (2009) apresenta uma discussão sobre o lazer e apropriação dos espaços, em especial o Parque do Ibirapuera. Rosa Miglionico (2007) trata da evolução até a consolidação do Parque do Ibirapuera, considerando sua paisagem, arquitetura, seus aspectos culturais e de lazer. Janice Eder (2004) está debruçada sobre o conjunto cultural do Parque do Ibirapuera com foco voltado ao papel sócio-cultural e histórico que o mesmo exerce.

Em uma metrópole como São Paulo, o desafio de prover aos cidadãos opções públicas de lazer é enorme. Dentre os equipamentos do município figuram praças, jardins públicos, parques urbanos, museus, centros culturais, centros educacionais e esportivos, entre outros. Infelizmente, esses equipamentos não se mostram suficientes para atender a seu vasto contingente populacional. A situação mostra-se ainda mais crítica ao se considerar as desigualdades entre os diferentes bairros do município, refletidas não somente nas condições socioeconômicas de seus moradores, mas também na oferta de outros serviços públicos.

No caso das áreas verdes, boa parte das estatísticas inclui canteiros centrais de avenidas e das marginais, além de outras pequenas “ilhas” de todas as naturezas (intervenção viárias, restos inutilizados de terrenos públicos, dentre outros). Essas áreas não podem ser chamadas de espaços de lazer e mesmo a sua incorporação como “áreas verdes” da cidade é descabida.

Mais do que uma obrigação constitucional, os parques devem ser vistos como uma forma de hospitalidade urbana, quando a municipalidade recebe não apenas o cidadão que decidiu sair do seu lar, como também o turista. Nesse sentido, faz-se referência não apenas à proximidade ou facilidade com que as pessoas afluem aos parques, mas também às características própria condição (de

funcionamento, de manutenção, de atratividade) que o parque oferece ao público e, de outro lado, a predisposição e as condições socioeconômicas que o munícipe tem para usufruir desses parques. Eventualmente, as condições de moradia simplesmente o impedem de visitar um parque, dado a distância a ser percorrida ou até um processo de exclusão social em que o indivíduo não se sente à vontade no espaço público.

Neste contexto o objetivo principal deste trabalho é mostrar como a distribuição geográfica dos *parques urbanos municipais*, enquanto forma de acesso ao lazer, pode reforçar a noção de segregação espacial, assim como ser uma forma de estudo da exclusão social. Optou-se por circunscrever a pesquisa ao município de São Paulo.

Como objetivos específicos, busca-se entender o processo histórico de implantação de parques municipais e sua importância no espaço urbano, bem como relacionar os motivos que, atualmente, levam à criação de novos parques na cidade de São Paulo, especialmente considerando o lazer como dimensão relevante para a recreação dos cidadãos e para a higiene urbana. Da mesma forma, é importante relacionar os parques urbanos existentes aos distritos em que se localizam e à população residente em cada um destes.

No que diz respeito à metodologia adotada para consecução do trabalho, considerou-se desde o início tratar-se de uma série de levantamentos, baseada nos seguintes procedimentos:

- Levantamentos bibliográficos acerca dos parques urbanos no Brasil, em livros, trabalhos acadêmicos (dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de artigos de revistas científicas), páginas da internet e jornais e revistas de grande circulação recentes;
- Levantamento sobre os parques urbanos municipais de São Paulo junto aos órgãos competentes, notadamente a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), para avaliação de sua distribuição no espaço urbano da cidade de São Paulo;
- Análise da distribuição dos parques por *distrito*, que é como se apresenta o Mapa da Exclusão, e para que se tenha a mesma base de comparação.

Optou-se por realizar a relação entre a existência de parques urbanos e a exclusão social através do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo, que é parte de um projeto de pesquisa coordenado por Aldáisa Sposati

(PUC/SP), de 2003. Neste ponto, comparou-se o Mapa da Exclusão com o mapa dos parques municipais de São Paulo, para que se pudesse apontar as áreas menos atendidas pelo sistema de parques urbanos e relacioná-las com as condições socioeconômicas e geográficas dos moradores do município. Hipoteticamente, considera-se que os moradores dos distritos mais pobres do município tem à sua disposição uma oferta muito menor de parques municipais que aqueles que residem em bairros mais privilegiados.

O primeiro capítulo deste trabalho se inicia com um levantamento histórico sobre os parques urbanos no mundo, mostrando como seu surgimento tem relação não apenas com a necessidade de provimento de lazer ao trabalhador das indústrias, mas também com a necessidade de prover as cidades industriais de higiene e boa saúde. Em seguida, trata-se da inserção das áreas verdes no planejamento de um município, especificamente no Brasil, e a descrição dos vários tipos existentes destas, bem como as estratégias do urbanismo para conceber sua implantação e distribuição.

No segundo capítulo, apresenta-se o tema do crescimento desordenado no Brasil e, especificamente, em São Paulo, notadamente após o ciclo cafeeiro e o início da industrialização do país, em meados do século XIX. Da mesma forma, aborda-se como tal fenômeno desembocou numa forma de segregação espacial, onde a massa trabalhadora se viu obrigada a morar na periferia da cidade ou nas cidades vizinhas pela impossibilidade de arcar com os custos diversos da vida no centro de São Paulo, e como isso reforça a noção de exclusão social, onde o indivíduo fica alijado do acesso até mesmo às áreas verdes (públicas, gratuitas), e uma nova categoria da exclusão, aquela que poderia para efeito desta discussão chamar-se de geográfica, que mantém uma relativa autonomia em face da categoria de exclusão socioeconômica. Finalizando este capítulo, trata-se do histórico da implantação dos parques municipais em São Paulo, levando-se em consideração as razões que levaram a períodos de expansão e a outros de enorme estagnação nessa oferta.

No terceiro capítulo, efetivamente se analisa a distribuição dos parques municipais paulistanos, identificando-se as subprefeituras e distritos com mais ou menos áreas verdes. Na sequência, compara-se essa distribuição, através de mapas, com as áreas de inclusão/exclusão descritas por Sposati.

Enfim, nas Considerações Finais, colocam-se os principais resultados e observações obtidas pelo presente estudo, além de apontar, modestamente, possibilidades de estudos que possam complementar ou ser acrescentados a este volume.

## **1. PARQUES URBANOS COMO ESPAÇOS DE LAZER**

### **1.1. Aspectos relevantes**

#### **1.1.1. No mundo**

Os parques urbanos, vistos retrospectivamente, surgiram da necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender à demanda social pelo lazer e para contrapor-se ao ambiente urbano (KLIASS, 1993; MACEDO e SAKATA, 2010). Os primeiros datam do século XIX, coincidindo com o momento de consolidação das sociedades industriais. Não por coincidência, a constituição do lazer enquanto campo de estudo, no final do século XIX, data exatamente da mesma época em que as primeiras conquistas trabalhistas garantiam às pessoas mais tempo livre, tempo esse ocupado na sua quase totalidade como tempo de lazer.

Vale ressaltar que o tempo artificial das cidades industriais – cronometrado pelo tempo de trabalho – se opõe ao tempo natural, ditado pela natureza, característico da vida no campo (KLIASS, 1993). O distanciamento do campo gerou, paulatinamente, um “desejo” de contato ou mesmo de retorno à natureza, que a vida na cidade não permitia mais. Mesmo que de forma secundária, isso parece ter motivado a abertura dos parques urbanos.

Contudo, ao contrário do que possa parecer, os parques urbanos não nasceram movidos apenas pelas necessidades de lazer da população e sim pelos novos ideais de higiene que nascem no século XIX, consubstanciadas no que se denominou de movimento higienista. Pode-se dizer, de maneira mais completa, que era uma dupla orientação: o higienismo e o lazer.

O higienismo ou movimento higienista, como bem notou Vigarello (1993), designa uma corrente de pensamento iniciada no meio do século XIX que se baseia nas descobertas de Louis Pasteur sobre o papel das bactérias e micróbios na contaminação humana e doenças daí derivadas. Os cuidados com o corpo são objeto de práticas novas, atenção à alimentação, aos maus odores. Nascem as primeiras iniciativas de saneamento da água, dos dejetos urbanos e, também, do ar. A necessidade de espaços livres que dispersassem os odores urbanos, assim, está na origem das áreas verdes das cidades, que a população transformou em espaço de lazer.

As primeiras teorias e práticas sobre a implantação de parques surgiram na Inglaterra. O *Hyde Park*, terreno de caça da monarquia, foi paulatinamente aberto e entregue aos moradores de Londres, no início do séc. XIX, medida que Napoleão III repetiu em seguida na França, ao doar em 1850 seu território de caça para a implantação do *Bois de Boulogne*. Em 1852, o *Central Park* de Nova Iorque é o primeiro a ser projetado e implantado, diferentemente dos anteriores, considerando as perspectivas do lazer e do higienismo, e o fato dele ter sido construído sobre uma área alagadiça e insalubre corrobora as citadas perspectivas.

Frederick Law Olmsted, idealizador do *Central Park*, defendia que os parques urbanos constituem um ponto de encontro para todos os cidadãos (MACEDO; SAKATA, 2010). Nesse sentido, desempenham um importante papel de socialização nas cidades ao ampliar o olhar de seus visitantes, evocar ideias de abertura e liberdade, associadas a uma memória pessoal e coletiva repleta de emoção e afetividade (SCHREIBER, 1997, p.150).

De qualquer forma, as cidades passam a ter nas áreas verdes uma alternativa de passeio público diferente daquela que se realizava no nascente setor econômico privado do entretenimento – restaurantes, confeitarias, teatros, os primeiros parques de diversões, etc. – restrita às pessoas com maior poder aquisitivo. Nasce, assim, uma noção de parque público associada a áreas verdes públicas, que teve na Inglaterra não apenas o seu pioneirismo como o caráter social que lhes foi atribuído. Conforme Bartalini (1999, p.6)

O pioneirismo inglês não se limitou à adaptação do jardim paisagístico (...) no atual parque público urbano. Tão importante quanto a isto foi o caráter social que a Inglaterra imprimiu às áreas verdes, transformando-as em “parques públicos”.

A perspectiva social que acompanhou seu nascimento deriva, como se vê, da mesma dicotomia acima lembrada que coloca o divertimento sob a égide da saúde pública e da recuperação da energia para o trabalho. Como diz Panzini (1993, p.149)<sup>1</sup>:

Aquele espaço urbano usado pelas classes abastadas para realizar o rito social de encontrar-se e exibir-se, lugar prazeroso onde a vegetação tem a função cenográfica de refinar e refrescar o lugar adquire na Inglaterra um caráter utilitarista; ao ambiente natural da cidade é atribuída a função de prover e restaurar a função psíquica do trabalhador, colocada numa profunda crise pelas modalidades de vida e trabalho na cidade da Revolução Industrial.

---

<sup>1</sup> Traduzido de forma livre do italiano para português pelo autor.

Muito haveria que se escrever aqui sobre as ideologias subjacentes a tais iniciativas de cujo confronto surgem não apenas os parques, como outras iniciativas tais como as associações voluntárias de cunho filantrópico que, de um lado, refletiam a tentativa de controle social da população operária e dos lazeres perigosos tais como o álcool, os jogos de azar, quando não a ociosidade pura e simples e, de outro, uma “consciência culpada” em relação às desumanas condições de vida dessa população (PRONOVOST, 1983).

De qualquer forma, a criação de áreas verdes públicas se torna cada vez desejável. O principal documento a consolidar o pensamento urbanístico vigente no início do século XX foi a Carta de Atenas, de 1933, que já colocava o problema nos seguintes termos:

O núcleo das cidades antigas, cercado por muralhas militares, era em geral comprimido e cheio de construções comprimidas e privadas de espaço, mas, em compensação, ultrapassada a porta da muralha, os espaços verdes eram imediatamente acessíveis. Ao longo dos séculos, foram sendo acrescentados anéis urbanos, substituindo a vegetação pela pedra e destruindo as superfícies verdes, pulmões da cidade (2ª parte, item 9).

Forçoso é destacar ainda que a mesma Carta colocava a necessidade de áreas verdes livres sob a égide de outro problema que também faz parte do conjunto de necessidades urbanas, o do lazer, ao lado da habitação, a circulação e o trabalho:

Os espaços livres [...] podem ser os prolongamentos diretos ou indiretos da moradia; diretos, se cercam a própria habitação; indiretos, se concentrados em algumas grandes superfícies, não tão próximas. Em ambos os casos, sua destinação será a mesma: acolher as atividades coletivas da juventude, propiciar um espaço favorável às distrações, aos passeios ou aos jogos das horas de lazer.

Hoje, a necessidade de áreas verdes em cidades vem sendo a preocupação de urbanistas que têm, nos Planos Diretores das municipalidades, a oportunidade de planejá-las. Outros elementos (WHATELY et al, 2008; SÃO PAULO, 2010) acabaram se tornando indissociáveis desse processo de planejamento dos parques urbanos, tais como:

- Proteção de áreas de mananciais ou margens de rios que cortam as cidades, evitando as enchentes;
- Proteção de fauna e flora, mesmo que não nativa;
- Redução das chamadas “ilhas de calor” e contribuição para amenizar o clima urbano, normalmente mais quente que o do espaço rural;

- Atingir metas estabelecidas por convenções internacionais, como o Protocolo de Kioto (emissões de gases poluentes) e aqueles referentes à compensação de créditos de carbono;
- Promoção de uma melhor ocupação de determinada área, implantando estruturas que servem não apenas aos frequentadores do parque, mas também a quem circula nos seus arredores;
- Valorização de bairros e distritos, que infelizmente pode redundar na especulação imobiliária e no aumento abusivo dos preços dos imóveis e terrenos.

Assim, além das funções históricas de lazer, higiene e estética, outras foram sendo incorporadas à criação e existência dos parques urbanos. Boa parte delas tem relação direta com a conscientização ambiental e com os sérios problemas ambientais pelos quais passam a maior parte das grandes cidades do mundo, mas não se podem ignorar funções de valorização, inclusive financeira, das redondezas desses equipamentos.

#### 1.1.2. No Brasil

O parque público, no Brasil, surgiu como forma de valorizar a paisagem urbana para a fruição das elites emergentes e seus interlocutores no exterior, especialmente aqueles vindos da Inglaterra e da França (MACEDO e SAKATA, 2010).

Isto tem relação com os fatos ocorridos a partir de 1808, em que a corte portuguesa desembarcou no Brasil. O país se estruturava como nação e as principais cidades (Rio de Janeiro, Recife e Salvador) passaram por um processo de modernização. Além da implantação de tecnologias e serviços que até então não existiam no país, nesse período os três primeiros parques públicos brasileiros foram inaugurados, considerando as características morfológicas de parques que se conhecem até os dias atuais: o Campo de Santana, o Passeio Público e o Jardim Botânico, todos no Rio de Janeiro. Além deles, velhos largos e terreiros foram ajardinados para que pudessem ser “dignos” para as elites, que reocupariam as áreas centrais (MACEDO e SAKATA, 2010).

Os mesmos autores relatam que o desenho desses primeiros parques estava em consonância com as mais modernas tendências europeias, com grande

influência francesa e inglesa. O espaço era, no melhor estilo neoclássico, organizado em parcelamentos geométricos, com eixos ortogonais que se cruzam e que levam a um ponto central, onde normalmente se encontra um monumento, chafariz ou fonte, dentre outros. Há também a influência romântica, árcade, com bosques e árvores frondosas, riachos e lagos. O Campo de Santana e o Jardim Botânico (Rio de Janeiro), o Jardim da Luz e a Praça da República (São Paulo) e o Parque Rodrigues Alves, em Belém, são exemplos de espaços que incorporaram essas duas vertentes.

Como será visto adiante, o parque no Brasil é um elemento urbano “alheio às necessidades sociais da massa urbana” (MACEDO e SAKATA, 2010, p.24), que nessa época ocupava as várzeas de rios, as praias (nas cidades litorâneas) e os enormes vazios que ainda eram uma realidade entre o final do século XIX e o início do século XX.

O movimento higienista, assim como na Europa, também influenciou, ainda que tardiamente em comparação com a Europa e os Estados Unidos, uma série de ações governamentais no Brasil, nas mais variadas localidades, especialmente as capitais. Cabe uma citação de Macedo e Sakata (2010, p.25) a esse respeito:

O período republicano caracteriza-se, nos seus primórdios, por um processo de expressiva modelagem urbana, que, sob a égide da salubridade, transforma áreas inteiras de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Santos em espaços saudáveis, dotados de toda a infraestrutura necessária à vida moderna das elites.

Neste ponto, para ilustrar a citação acima, vale falar do trabalho de Toledo (1996) que descreveu a(s) obra(s) de Francisco Prestes Maia, arquiteto e urbanista, prefeito da cidade de São Paulo em dois mandatos (de 1938 a 1945 e de 1961 a 1965). Prestes Maia tinha uma visão particular sobre como aconteceu a urbanização da cidade de São Paulo. No seu ponto de vista, era possível identificar quatro “surto urbanísticos” na história do município, todos eles ocorridos depois da instalação das ferrovias, a saber:

- a) O governo<sup>2</sup> de João Theodoro
- b) A administração Antônio Prado
- c) A administração Duprat
- d) A gestão do próprio Prestes Maia

---

<sup>2</sup> Por “governo” entenda-se a presidência da província de São Paulo, ou seja, o que hoje se trata como o governo estadual. A cidade de São Paulo, neste momento, ainda não tinha um prefeito, o que só teria exatamente com Antônio Prado, responsável pelo “segundo surto urbanístico”.

No que diz respeito ao “primeiro surto”, o governo de João Theodoro Xavier de Matos (entre 1872 e 1875), destacou-se por importantes reformas no traçado urbano da capital provincial. Diz-se que “a estética urbana, as áreas de lazer e de recreação foram preocupação constante de João Theodoro” (TOLEDO, 1996, p.28). Ruas foram arborizadas e deu-se particular atenção aos jardins públicos, notadamente ao Jardim da Luz e à “Ilha dos Amores”, que ficava na antiga Várzea do Carmo, na região central.

João Theodoro (apud TOLEDO, 1996, p.28) descreveu em um relatório:

Deixando, pois, de parte todas as vantagens conquistadas em favor da salubridade, do gozo social, e até da ordem pública e da amenidade dos costumes, com os melhoramentos e distrações inocentes, que afastam os homens dos jogos, da embriaguez, das associações, de maledicências, para o gozo de mais suaves interesses, ainda assim as mesmas leis econômicas sancionam os benefícios feitos a uma cidade, cuja grandeza deve ser para o estrangeiro o termômetro dos progressos da província.

Segundo Toledo (1996, p.28), “A tentativa de saneamento da várzea, sua arborização e a criação de equipamento de lazer entraram na linha dos melhoramentos destinados a estimular atividades associativas.”. O próprio Jardim Público, hoje o Parque da Luz, foi alvo de uma série de ações, pois se tratava de uma convicção pessoal de João Theodoro sobre o cuidado que se deveria ter com áreas de recreação e lazer: o governador mandou construir uma torre de madeira para se observar a cidade, sendo que logo essa obra passou a ser conhecida como o “canudo do Dr. Theodoro”. Havia uma visão privilegiada dos arredores, já que sua altura era de consideráveis – para a época – 20 metros. O “canudo” foi demolido em 1900, e do seu alto o fotógrafo Militão de Azevedo tirou várias fotos panorâmicas de grande interesse histórico.

No último quarto do século XIX, houve o que Toledo (1996) chamou de “epidemia de urbanização” em São Paulo. Abriram-se linhas de bonde e instalou-se iluminação pública e calçamento, bem como se promoveu uma série de melhorias nos jardins e praças, “com novas fontes e chafarizes, coretos, quiosques, onde havia muita animação” (TOLEDO, 1996, p.41). Além disso, hotéis, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais foram abertos. Também é desse período o surgimento dos bairros de Campos Elíseos e Higienópolis, que à época causaram admiração pelo seu requinte e padrões construtivos utilizados.

Deve-se dizer, a propósito da criação desses novos bairros “de moradia”, que essa expansão urbana era feita em cima de interesses particulares, incluindo a

realização de serviços que deveriam ser do poder público. Simultaneamente, o poder público ficava responsável por implantar a infraestrutura básica nos novos loteamentos.

Já o “segundo surto” teria acontecido na gestão do primeiro prefeito da cidade de São Paulo, Antônio da Silva Prado, que governou entre janeiro de 1889 e janeiro de 1911.

Para Petrone (apud TOLEDO, 1996, p.67), “Na verdade, ao mesmo tempo que Francisco Pereira Passos e Oswaldo Cruz faziam aparecer um novo Rio de Janeiro, com amplas vias públicas e livre de endemias, um fato idêntico se verificava na Paulicéia: executaram-se vastas e custosas obras de saneamento, sobretudo na várzea do Tamanduateí; canalizavam-se os rios e ribeirões da cidade; garantiu-se, para a população, melhor e maior quantidade de água potável; rasgaram-se novas ruas e avenidas; ajardinaram-se as praças e pavimentaram-se, da melhor maneira possível, as ruas da parte principal da cidade. Disso tudo resultou uma nova cidade de São Paulo, bem diferente daquela que havia nos legado o século XIX.”

Uma das obras mais lembradas da gestão Antônio Prado foi a remodelação do Jardim da Luz. Além deste, praças como a da República e os largos do Paissandu e do Arouche receberam intervenções de ajardinamento.

O terceiro surto urbanístico citado por Prestes Maia ocorreu durante a gestão de Raymundo da Silva Duprat, o Barão de Duprat, entre 1911 e 1914. Para o que interessa a este trabalho, foi na administração Duprat que foram abertos a Praça Buenos Aires e o Parque do Trianon, além dos Parques D. Pedro e Anhangabaú, hoje inexistentes na configuração “parque”, como poderá ser visto no próximo capítulo (TOLEDO, 1996).

Entre o fim da gestão Duprat (1914) até o início da administração de Fábio da Silva Prado (1934), aconteceram fatos relevantes na cidade, como o surgimento dos “bairros-jardins” e a instalação de fábricas ao longo das vias férreas. Não foi o suficiente para fazer Prestes Maia chamar de um “surto urbanístico”, mas são etapas que não podem ser ignoradas.

Na gestão de José Pires do Rio (1926 a 1930), por exemplo, iniciou-se a canalização do Rio Tietê e a retificação do Rio Pinheiros. E alguns parques de considerável extensão receberam as primeiras ações de planejamento para o uso público, como os parques da Água Branca (1929), da Água Funda e do Ibirapuera (1926). Finalmente, em 1930 a história do urbanismo em São Paulo teria um de seus

fatos mais relevantes (o “quarto surto”): a encomenda do Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo por Pires do Rio a Prestes Maia.

O Plano de Avenidas dava uma série de diretrizes para a abertura de avenidas que possibilitassem um melhor fluxo dos veículos já existentes na cidade naquele momento e uma ligação mais rápida entre os diversos bairros, notadamente para fora da região central. Não cabe, aqui, detalhar essas intervenções, mas basta dizer que parte considerável do Plano foi implantada e, hoje, essas vias são componentes indissociáveis da dinâmica da cidade, como as avenidas 9 de Julho e 23 de Maio. Na verdade, foram tantas as obras viárias tocadas por Prestes Maia que as ideias relativas a um plano global, envolvendo aspectos diversos da cidade como um todo, não tiveram grande andamento. Pior: seus sucessores não tiveram a mesma grandeza de visão e descontinuaram boa parte dos projetos feitos (TOLEDO, 1996).

Prestes Maia, dentre outras ações, propôs a criação de um circuito de *parkways*, que segundo as palavras do próprio, “É uma orientação americana, moderna e feliz, a de ligar entre si os parques duma cidade por meio de avenidas amplas que conservem alguns caracteres que lembrem os parques, tais como arborização, ajardinamento, casas afastadas, etc.” (apud TOLEDO, 1996, p.215)

As maiores *parkways* de São Paulo seriam as marginais dos rios Tietê e Pinheiros, que à época ainda tinham muitos terrenos pouco modificados nos seus arredores, e que poderiam ser transformados em parques. Não que a criação de áreas verdes fosse primordial para Prestes Maia. Ele próprio admitia, segundo Toledo (1996) que sua preocupação essencial era a circulação. De qualquer forma, revela intenções que pouco foram vistas em seus antecessores com relação às áreas verdes.

Por outro lado, alguns autores consideram que o Plano de Avenidas defendia apenas os interesses da nascente burguesia industrial paulista. A periferia teria sido (como efetivamente foi) ignorada, e as principais ações beneficiavam os quadrantes sudoeste e sul. Como diz Libâneo (1989, apud FRÚGOLI JR., 2000, p.54), “A atual configuração da cidade de São Paulo, com o centro dedicado ao comércio e serviços, as periferias para habitação popular e o quadrante sudoeste para residências de alto padrão, é decorrente de seu plano.”

Retomando elementos do higienismo, Segawa (2004, p.349) faz um arrazoado das iniciativas tomadas no âmbito das práticas sanitárias do final do

século XIX e início do século XX. Cita a Intendência de Higiene e Saúde Pública de São Paulo, o primeiro (1909) setor administrativo municipal de competência específica no campo social. Entre suas atribuições estavam:

tratar da limpeza pública, dirigir o serviço de canalização de água potável e construção de esgoto, fiscalizar a alimentação pública cuidando de feiras e pastagens, higiene dos mercados, matadouros, açougues, determinar regras para 'serviços ou classes de pessoas que afetem a saúde como a das meretrizes', cuidar dos assuntos médicos-sanitários como prevenir ou enfrentar moléstias endêmicas, epidêmicas, regular serviços de amas-de-leite e vacinação, organização de socorro médico e farmacêutico para indigentes, criar hospitais, creches, maternidades, asilos, albergues noturnos, banheiros, lavanderias, construir ou ajudar a construir casas para operários, inspecionar estabelecimentos nos quais haja aglomerações, como colégios, hotéis, hospedarias, teatros e circos, e administrar cemitérios.

Se o pensamento higienista constituía a filosofia que orientou as primeiras iniciativas de áreas verdes, o uso dessas áreas para o lazer aconteceu de imediato pela necessidade sentida pelos cidadãos de passear com a família, de fazer piqueniques, de folguedos, dentre outros. Os parques nascem assim de uma aparente dicotomia entre uma filosofia higienista oficial e o lazer efetivamente buscado pela população, o que ocorreu também no Brasil. Segundo Gomes e Melo (2003, p.26), os parques infantis implantados na década de 1930 por Mário de Andrade, então Secretário de Educação e Recreação da Prefeitura da cidade de São Paulo, mencionavam a filosofia de “despertar nas novas gerações o gosto e criar o hábito de empregar seus lazeres em atividades saudáveis de grande alcance moral e higiênico”.

Faria (1999, p.9) também menciona nas ações dessa Secretaria, na década de 1930, em São Paulo, essa duplicidade de objetivos “entre a ênfase no aspecto lúdico, nas brincadeiras, nos jogos tradicionais infantis e os objetivos oficiais de educação moral, higiênica e estética”.

Pode-se destacar, entre 1889 e 1920, a implantação de algumas áreas que, se não são parques, cumprem funções semelhantes a estes, como por exemplo o conjunto de praças na orla carioca que se configura, na prática, como um parque linear que facilitava o acesso ao mar às elites. Eram obras, no fundo, de saneamento e valorização do espaço. Em São Paulo, deu-se a criação, por Bouvard, de um sistema de parques que formaria um anel verde ao redor do centro histórico. Apenas parte do sistema foi implantado, com os Parques D. Pedro II e Anhangabaú, mas que tiveram grande importância em sua época. Em Belém, a riqueza gerada

pela borracha possibilitou a reforma do centro da cidade e a abertura de praças que, dada sua qualidade, podiam ser considerados verdadeiros parques. Em Belo Horizonte, o Parque Municipal Américo Renné Giannetti foi um dos poucos a serem concebidos num plano de uma cidade nova, e também era uma mescla dos estilos romântico e do neoclássico e suas linhas geométricas.

Poucas décadas depois, já nos anos 1950 e 1960, o crescimento urbano no Brasil era tal que já havia várias cidades com mais de 500 mil habitantes, e a carência de espaços para a prática do lazer ao ar livre era flagrante; é quando os parques passam a ser necessários numa realidade em que as áreas livres passam a se tornar escassas pela própria ocupação das mesmas.

Essa necessidade não fez com que a implantação de parques fosse planejada nas maiores cidades do país, pelo contrário: antigas chácaras, fazendas e bosques e campos em estado natural deram lugar a loteamentos e bairros, e não a áreas planejadas para o descanso e o lazer. De qualquer forma, houve uma expansão no número de parques, e seu programa de uso se modifica consideravelmente, em particular após a II Guerra Mundial: sua estrutura morfológica é bastante simplificada e passa-se a valorizar o esporte e a cultura. Os aspectos românticos são abandonados (MACEDO e SAKATA, 2010).

No Brasil do pós-guerra, nas grandes cidades, especialmente ao sul, consolidou-se uma classe média ligada ao crescimento industrial e comercial; reestruturaram-se áreas urbanas para que estivessem compatibilizadas com as novas atividades econômicas; tal como no exterior, a Carta de Atenas passou a ditar princípios importantes para os municípios do país; o automóvel e o caminhão tornaram-se os principais meios de transporte; o lazer e o consumo foram massificados e, finalmente, os investimentos imobiliários alteraram radicalmente a configuração urbana dessas cidades.

Só no final dos anos 1960 é que passam a existir investimentos sistemáticos em parques urbanos, já com novas propostas (não atendendo apenas a elite), objetivos e programas (MACEDO e SAKATA, 2010). Nas cidades de São Paulo e Curitiba, o número de parques aumenta exponencialmente nessa década. Em São Paulo, as gestões de Faria Lima, Miguel Collasuono e Olavo Setúbal (entre 1966 e 1974) tinham como intenção valorizar o espaço público urbano com a criação de praças e parques como o Piqueri, Carmo, Anhanguera e outros. Em Curitiba, por sua vez, deve-se mencionar o investimento na criação de áreas verdes públicas, uma

política que se manteve permanentemente desde 1966 por várias gestões seguintes. Desse período têm destaque os parques Barigui, Barreirinha e João Paulo II.

Na década de 1970 consolida-se o parque moderno, em que a contemplação e a recreação são as atividades mais comuns. Tanto na década anterior como nesta, são muito comuns jardins projetados por Burle Marx, que na prática se torna uma espécie de “paisagista do estado brasileiro”.

Em seguida, já nos anos 1980, quando a questão ambiental entra na ordem do dia, a formação de órgãos públicos nessa área passa a ser comum e, em geral, os parques urbanos passam a ser de responsabilidade das “secretarias de meio ambiente”. Nesse período surgiram vários projetos de parques em que se une a conservação de áreas de várzea ao oferecimento de lazer urbano. Além do aproveitamento das várzeas, o uso de vegetação nativa e tropical passa a ser cada vez mais comum na constituição paisagística dos parques. Obviamente, alguns desses parques foram implantados com mais qualidade e/ou proximidade com o que havia sido projetado do que outros, mas que de qualquer forma representam uma evolução importante do conceito. Alguns desses parques são do Ecológico do Tietê, em São Paulo, do Cocó, em Fortaleza e Mindu e Tarumã em Manaus, dentre muitos outros (MACEDO e SAKATA, 2010).

Com o tempo, os projetos de parques (existentes ou não) são simplificados não apenas por contenção de custos, mas também pela valorização do rústico, em contraste com os parques criados na *Belle Époque* ou antes. Da mesma forma, a falta de conhecimentos, tanto de órgãos públicos como de projetistas, levou à simplificação de inúmeros projetos ora sofisticados.

Também se deve considerar que há outros tipos de público a serem atendidos pelas áreas verdes. A quantidade de pessoas é muito maior, e esse público, em sua maior parte, é bem menos exigente que as elites do final do Império e começo da República, sendo composta por trabalhadores sem acesso ao lazer privado e em que o parque é uma das poucas possibilidades de recreação ao ar livre (MACEDO e SAKATA, 2010).

Atualmente, a crítica que os autores acima citados fazem é a de que não há uma escola de arquitetura paisagística no Brasil, apesar da significativa obra de Burle Marx. Como resultado, muitos projetos de parque tomam, hoje em dia, referências de parques dos anos 1950 em diante. Ao mesmo tempo, o desconhecimento de outros modelos acabou gerando uma considerável liberdade de concepção e programação

para o parque urbano brasileiro. Modelos são rapidamente ultrapassados e surgem novas idéias, o que, associado à falta de referências bibliográficas e a um “isolamento físico-informacional”, possibilitou a criação de algumas soluções inéditas, eventualmente boas. São citados como exemplos de qualidade o Parque Rosinha Cadar (Belo Horizonte), Parque Pedra da Cebola e Horto Municipal do Maruípe (Vitória) e o Horto Florestal de Campo Grande. Por outro lado, muitos projetos pelo país não são mais que a proposta de instalação de quadras, brinquedos e trilhas em áreas antes abandonadas ou desapropriadas pelas prefeituras locais, onde o baixo custo de implantação e o imediatismo do resultado é uma questão de ordem (MACEDO e SAKATA, 2010).

Feita a contextualização da evolução dos parques urbanos no Brasil, nos próximos itens cabe defini-los com mais precisão para efeitos deste trabalho, assim como destacar que, ao contrário do que se pode imaginar, há vários tipos de parques urbanos, com diferentes denominações e atribuições, que eventualmente poderiam ou fazem parte dos planos diretores dos municípios brasileiros.

## **1.2. Definições**

Analisando obras brasileiras sobre parques urbanos, percebe-se um intenso uso, basicamente, de duas obras: Kliass (1993) e Macedo e Sakata (primeira edição de 2002, segunda edição de 2010). Delas são citados os conceitos e os tipos de parques urbanos mais comuns no Brasil e em São Paulo. Outras referências mencionadas com frequência são as de Whately et al (2008) e Bartalini (1999) e, em menor escala, uma série de dissertações de mestrado e teses de doutorado, este o caso do próprio texto de Bartalini. Coincidência ou não, boa parte desses estudos tem como ponto de partida ou objeto principal um ou mais parques da cidade de São Paulo.

Na literatura disponível, incluindo a internacional, não é difícil encontrar definições bastante distintas umas das outras; em primeiro lugar, isto tem uma relação direta com a formação dos variados profissionais que defendem sua implantação: biólogos, paisagistas, arquitetos, sanitaristas, dentre outros e a própria forma como esses profissionais vêem o meio ambiente (natureza, problema, recurso, equipamento). Em segundo, a origem do espaço em questão também parece influenciar as definições: se é resultante de um loteamento, de uma antiga praça, de

um vestígio de mata preservada ou até de uma desapropriação (WHATELY et al, 2008).

O próprio Olmsted (apud KLIASS, 1993, p.19), no relatório de implantação do Central Park, ao comentar dos projetos que realizou e que receberam o nome de “parque”, demonstra parte dessa imprecisão:

Fui responsável, profissionalmente, por aproximadamente uma centena de áreas públicas. Mas não costumo classificar mais do que vinte delas como “parques”. Pois reservo este termo para lugares que se distinguem não por possuírem árvores, sejam elas isoladas, em grupo ou em maciços, ou por possuírem flores, estátuas, estradas, pontes ou, ainda, coleções disso ou daquilo. Reservo a palavra parque para lugares com amplitude e espaço suficientes e com todas as qualidades necessárias que justifiquem a aplicação a eles daquilo que pode ser encontrado na palavra cenário ou na palavra paisagem, no seu sentido mais antigo e radical, naquilo que os aproxima muito do cenário.

Como, nos dias atuais, não se pode considerar o parque urbano apenas como paisagem ou cenário, especialmente se considerados como dissociados da presença das pessoas, e também considerando elementos que serão posteriormente discutidos levou-se em consideração, para efeitos deste trabalho, a definição de Macedo e Sakata (2010, p.14), em que *parque urbano* é

[...] todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura constituída em seu entorno.

Estes autores, ao explicar as imprecisões das definições, especialmente em suas aplicações práticas, dão o exemplo do Parque Buenos Aires, em São Paulo, que pela relativa independência formal de seu entorno pode ser chamado de parque, uma incongruência se fossem considerados elementos como a sua limitação de área para abrigar equipamentos de lazer. É exatamente essa pouca precisão nas definições que acaba gerando situações em que áreas de lazer de pequeno porte, com cerca de 10 mil m<sup>2</sup> (25 mil m<sup>2</sup> no caso do Buenos Aires) são denominadas parques somente porque são cercadas, disponibilizam alguns equipamentos de lazer e contam com alguma vegetação (MACEDO e SAKATA, 2010). Pela falta de consenso e mesmo por conveniência, é comum o uso da denominação parque ao invés de praça.

De forma a complementar a definição anterior, adotou-se uma lista de atribuições dos parques urbanos elaborada por Mantovani e Glezer (2009, p.10), que afirmam que

[...] são espaços de preservação ecológica de flora e da fauna nativas; áreas privilegiadas para estudos científicos de preservação e de transformação/recuperação do meio ambiente; espaços de educação informal sobre conhecimentos científicos e meio ambiente; espaços de lazer e contemplação, hoje em dia muito valorizados pelos moradores do entorno; espaços de atuação de grupos sociais locais para o exercício da cidadania e indução para questões de sustentabilidade, e, melhoria de condições ambientais do espaço do parque propriamente dito e de seu entorno.

Essas citações deixam claro que o parque urbano é um equipamento em que a presença do homem não é apenas desejada, mas é indissociável da própria razão de ser do parque. Neste ponto, convém ressaltar que o parque urbano não faz parte nem é compatível com as classificações de unidades de conservação<sup>3</sup>, seja na legislação brasileira, seja nas experiências internacionais. Ou seja, o que no Brasil se conhece como *parque estadual* ou *parque nacional* refere-se a equipamentos em que, definitivamente, a conservação da natureza é a prioridade, e a visitação é, quando permitida, restrita a uma pequena porção da área. Adiante serão citados todos os tipos de parques que não estão sendo considerados neste trabalho, seus tipos e razões de não-inclusão.

### 1.3. Tipologia e inserção de áreas verdes e livres no espaço urbano

Antes de falar em parques urbanos em São Paulo, convém falar em *áreas verdes urbanas* em São Paulo, um conjunto muito maior de espaços em que há predominância de cobertura vegetal, com maior ou menor intervenção do homem (KLIASS, 1987 apud PENHALBER et al, 2004).

Segundo o Plano Diretor Estratégico de São Paulo, de 2002, o sistema de áreas verdes da cidade é “constituído pelo conjunto de espaços significativos ajardinados e arborizados, de propriedade pública ou privada, necessários à manutenção da qualidade ambiental urbana tendo por objetivo a preservação, proteção, recuperação e ampliação desses espaços”. A seguir, verifica-se que os parques urbanos municipais são apenas um dos tipos de áreas verdes que compõem o sistema de São Paulo:

Art. 133 – As áreas integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município serão assim classificadas:  
I - Áreas Verdes de propriedade pública:

---

<sup>3</sup> Pela definição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9985/2000), unidade de conservação é o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

- a) reservas naturais;
- b) parques públicos;
- c) praças, jardins e logradouros públicos;
- d) áreas ajardinadas e arborizadas de equipamentos públicos;
- e) áreas ajardinadas e arborizadas integrantes do sistema viário;
- II - Áreas Verdes de propriedade particular enquadradas ou a serem enquadradas pelo Poder Público:
  - a) áreas com vegetação significativa, de imóveis particulares;
  - b) chácaras, sítios e glebas;
  - c) clubes esportivos sociais;
  - d) clubes de campo;
  - e) áreas de reflorestamento.

Nota-se pela lista acima que alguns dos termos aplicados são bastante genéricos, e não podem ser utilizados como uma classificação pura e simples. De qualquer forma, e isso é observável, há diferentes tipos de áreas verdes com características diferentes tanto do ponto de vista como do atendimento.

Na década de 1970, diferentes congressos de urbanismo trataram da questão da quantidade de áreas verdes/livres por habitante. Os resultados são extensamente descritos por Coronio e Muret (1976). A tônica foi, mais do que a área por habitante, a questão da acessibilidade dos usuários, notadamente do ponto de vista da distância entre moradia e o tipo de parque buscado, bem como sua função social. Aqueles autores dividiram as áreas verdes nas seguintes categorias:

- **Áreas de condomínio e de vizinhança** – de área reduzida para a parcela da população de mobilidade urbana reduzida, como bebês e crianças, idosos e deficientes em geral, notadamente para espalhar, tomar sol, dentre outros.
- **Áreas de bairro** – além de servir à vizinhança como os anteriores, destinam-se a jovens e adultos em busca de exercitar-se fisicamente, participar de pequenos eventos e programações, dentre outros.
- **Parques urbanos** – além de cumprir as funções dos equipamentos anteriores, destinam-se a famílias e casais, sobretudo em fins de semana, interessadas no convívio em meio a uma natureza domesticada<sup>4</sup>
- **Parques metropolitanos** – necessários sobretudo nas áreas conurbadas, mais prejudicadas pela monotonia da paisagem, para contato com a natureza virgem<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Como diz Leitão (2002), “Hoje em dia, continuamos a associar jardins com paraíso e a ideia de recuperação de um ideal perdido. Nos parques da cidade, jardins, e plantas de casa, os elementos naturais são manipulados de tal maneira que o produto final é uma ‘natureza artificial’. Estes ‘objetos’ artificiais feitos de ‘objetos’ naturais têm o objeto de representar situações da natureza, funcionam como exibição e criam um espaço para apreciação em público ou em privado.”

Coronio e Muret (1976) também estabeleceram um *raio de influência* para as áreas verdes. O raio de influência é uma distância hipotética que supõe, teoricamente, dois pontos: o quanto o indivíduo deve percorrer para encontrar uma área verde e, em especial, o raio ao redor da área verde na qual há o despertar do interesse de visita às suas instalações.

**Tabela 1 – Classificação dos espaços verdes segundo o tipo e raio de influência**

Localização	Tipos de instalações	Raio de influência
Condomínios (200 a 500 unidades habitacionais)	Área de jogos e brincadeiras infantis Áreas de descanso para idosos Gramados decorativos	30 a 100 m
Vizinhança (1.000 a 1.200 unidades habitacionais)	Parques infantis Áreas de jogos livres Jardins e praças públicas Pistas de caminhada	250 a 300 m
Bairro (4.000 a 5.000 unidades habitacionais)	Jardins públicos Áreas de jogos e de passeios Áreas esportivas Pistas de caminhada Parques de bairro	500 a 800 m
Cidade (cada 500 mil habitantes)	Parques verdes (natureza domesticada) Parques de atrações Equipamentos esportivos polivalentes Jardins botânicos Zoológicos Parques urbanos	800 a 2.000 m
Área metropolitana	Parques metropolitanos (natureza intocada) Hipódromos Áreas de lazer ao ar livre Florestas abertas ao passeio Áreas de camping e caravanning	Acima de 2.000 m

Fonte: Adaptado de Coronio e Muret (1976, p.78)

Deve-se fazer menção a uma classificação elaborada no contexto do Plano de Áreas Verdes de Recreação, entre 1967 e 1969, na gestão do prefeito Faria Lima, por uma equipe liderada por Rosa Grená Kliass e Miranda Magnoli. O Plano, contratado pela prefeitura,

estava calcado na necessidade de conhecimento prévio da situação para atuar sobre a realidade urbana, enfrentando a precariedade de dados disponíveis – faltando uma planta atualizada [...] e fotos aéreas até dados sobre uso de solo e densidades populacionais. O trabalho foi desenvolvido a partir de um levantamento de campo exaustivo, incluindo a visita de rua por rua para obter referências urbanas físicas, funcionais e sociais (KLIASS, 1993, p.53).

---

<sup>5</sup> Aqui não serão mencionados os Parques Estaduais, não apenas por situarem-se fora dos limites da cidade, bem como por não serem inteiramente abertos à frequência da população.

Foram propostas áreas verdes nas categorias de *parques de vizinhança*, *parques de bairro*, *parques setoriais* e *parques metropolitanos*. De modo geral, o raio de influência de cada um desses tipos é bastante semelhante àqueles propostos por Coronio e Muret. Essas mesmas categorias constavam do Plano Diretor do Município aprovado em 1988 (que, segundo Bartalini já era oriunda de uma série de documentos anteriores) em que os parques poderiam ser denominados.

Além das áreas listadas por Coronio e Muret, e fazendo uso da relação do sistema de São Paulo, há um sem número de ditas “áreas verdes” que fazem parte das estatísticas das cidades mas que, definitivamente, não proporcionam descanso, lazer ou qualquer espécie de entretenimento público, como canteiros de avenidas, margens de rios, quintais de casas, baixos de pontes e viadutos, jardins de cemitérios, dentre outros. Há, ainda, espaços livres especiais, eventualmente também pouco utilizáveis para o lazer, como as áreas verdes junto a centros de compra, centros cívicos, monumentos e obras de arte ao ar livre.

No caso específico da cidade de São Paulo, os parques, como se verá com mais detalhes adiante, tem um histórico de formação individualizado, em que a atuação/participação do poder público, das comunidades próximas e até da iniciativa privada são muito diferentes de um para outro. Além disso, há sobreposições em termos legislativos e mesmo de nomenclatura, o que fez com que haja uma “multivariabilidade” de parques urbanos no município (MANTOVANI e GLEZER, 2009) e classificá-los, utilizando os critérios de Coronio e Muret, parece arriscado.

Efetivamente, nas estatísticas municipais e nos materiais encontrados, não há distinção entre os parques urbanos de São Paulo. Na literatura sobre o assunto, há algumas propostas, como as de Kliass (1993) e da própria Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da cidade, mas não são mais do que aproximações às classificações existentes, especialmente levando-se em conta o quesito “área” do parque.

De qualquer forma, o uso, na prática, dos parques municipais na cidade de São Paulo parece estar, em boa parte, vinculado a elementos completamente distintos da distância da residência. O Parque do Ibirapuera, este é definitivamente um parque que se pode chamar de “metropolitano”, pois muitas pesquisas (inclusive algumas citadas na Introdução do presente trabalho) demonstram que a ele afluem todos os finais de semana pessoas vindas dos mais diversos distritos da cidade, excursionistas de municípios vizinhos e mesmo turistas. No entanto, para outras

áreas, pode-se dizer que o raio de influência é maior do que as teorias apontam, uma vez que a aparente falta de parques acaba fazendo com que pessoas de distritos vizinhos acabem visitando essas unidades. Entretanto, isso não deve ser visto como um problema inicialmente, pois os problemas dos parques municipais de São Paulo não parecem estar relacionados a um possível excesso de visitantes. E, além disso, os moradores de São Paulo, alheios a estas classificações mencionadas, estão em busca de lazer, recreação e entretenimento, mais do que em ir ao “parque de tal tipo” especificamente.

## **2. URBANIZAÇÃO, SEGREGAÇÃO E ÁREAS VERDES EM SÃO PAULO**

### **2.1 Urbanização e segregação espacial**

Antes de discutir a inserção e a distribuição dos parques urbanos na cidade de São Paulo propriamente dita, cabe entender como se deu a ocupação do território do município, a distribuição populacional e, principalmente, salientar algumas características importantes dessa distribuição, notadamente no que diz respeito às condições de vida nos variados distritos que formam a localidade.

Até 1930, a organização urbana no Brasil foi uma herança direta da colonização, acompanhando as atividades econômicas e a localização do poder político-administrativo. Dessa forma, as cidades eram resultantes da instalação dos serviços do governo e dos negócios, priorizando sempre a exportação (SANTOS, 1967).

A partir da década de 1940, ocorrem mudanças significativas na organização urbana brasileira, causadas por três razões principais: o aumento acelerado da população, formas induzidas de desenvolvimento industrial mundial e crescimento industrial do país (SANTOS, 1967). A industrialização concentrou nas metrópoles as oportunidades de trabalho, e esse contingente populacional deslocou-se a elas em busca de oportunidades de trabalho e renda. Em 1940, a população urbana correspondia a 36,16% da população brasileira, em 1960, 45% e hoje soma 80% da população geral (SANTOS, 1967; IBGE, 2010).

Em São Paulo, a ocupação promovida pelos portugueses se deu a partir do que se conhece como “colina histórica” ou “colina central”, que fica incrustada entre os córregos Anhangabaú e Tamanduateí. Efetivamente, por séculos a vila não era mais do que a colina em si, mesmo até o início do século XIX. A partir de 1860, e pelas duas décadas seguintes, até por influência da medicina, sítios mais elevados passaram a ser valorizados e recomendados por sua salubridade e pelo clima, além de promoverem um certo isolamento. Não por coincidência as residências de elite migraram, pouco a pouco, para os arredores da Avenida Paulista e para um novo loteamento, chamado Higienópolis. É interessante perceber que a Avenida Paulista, Higienópolis e mesmo outro loteamento famoso da época, Campos Elíseos, ficavam a oeste ou sudoeste da colina histórica, onde havia a necessidade de atravessar o córrego Anhangabaú, pedaço da cidade que acabou sendo conhecido como “Cidade

Nova”. Na direção sul (atual Liberdade), não haveria qualquer obstáculo natural a ser transposto, mas justamente por querer um distanciamento não apenas geográfico, mas também de outros grupos não compatíveis, a elite seguiu a oeste mesmo (VILLAÇA, 2001). Pode-se dizer que este provavelmente é o primeiro momento de segregação espacial mais evidente em São Paulo, conceito este sobre o qual falaremos adiante.

O “quadrante sudoeste”, assim chamado por Villaça (2001) é, até hoje, residência das famílias de elite da cidade de São Paulo, em bairros como Perdizes, Cerqueira César, Pacaembu e Alto da Lapa, dentre outros. Como característica que os une, está a maior altitude como característica natural (ar mais puro, clima mais ameno, vista aberta), e os valores sociais e econômicos que os foram atribuídos. Estes elementos não são nada desprezíveis para entender a ocupação de outras áreas do município.

Como contraste ao quadrante sudoeste, dos primórdios da industrialização até aproximadamente a década de 1930, compensava para as empresas construir vilas operárias contíguas (ou quase) às fábricas, até porque o volume de mão de obra era pequeno. O pequeno deslocamento entre a residência e o trabalho possibilitava o pagamento de salários efetivamente baixos. É esse cenário que se via até poucas décadas atrás em bairros como Brás, Mooca e Belém (KOWARICK, 1993), que são localidades próximas ou relativamente próximas ao centro histórico.

A industrialização se intensifica e o número de trabalhadores necessários para as fábricas cresce. Isso atrai não apenas moradores de outras localidades do estado de São Paulo mas também, principalmente, migrantes de outros estados. O excesso de contingente de trabalhadores e, ao mesmo tempo, a valorização dos terrenos próximos às fábricas e às residências torna antieconômica a construção das vilas operárias.

Como os custos de moradia e de transporte são repassados ao trabalhador, as vilas operárias paulatinamente desaparecem e surgem os bairros de periferia: distantes do centro, não necessariamente regularizados, com carências de infraestrutura e com alta densidade populacional. O poder público tarda em ordenar a ocupação do solo, e em geral suas ações não são preventivas, e sim corretivas de problemas já existentes, isso quando acontecem (KOWARICK, 1993).

Os especuladores imobiliários promoveram a ocupação das periferias, ajudados pela falta de fiscalização e mesmo de regulamentação por parte da prefeitura. Assim, quase sempre haviam problemas nesses lotes, ou com a regularização da terra, ou com a construção, pois em geral os trabalhadores não podiam arcar com os custos da documentação junto à prefeitura (CALDEIRA, 2003).

Piorando, mesmo sem querer, o quadro, o Plano de Avenidas de Prestes Maia, elaborado ainda no governo de José Pires do Rio (década de 1930), propunha abrir uma série de avenidas partindo do centro até os subúrbios, o que poderia ser bom num primeiro momento. Muitos prédios foram demolidos na região central, e a zona comercial foi reformada e aumentada, gerando a especulação imobiliária. Infelizmente, como consequência, aqueles que não podiam pagar os aluguéis acabaram expulsos do centro. Além disso, o paulatino abandono do sistema de bondes fez com que um sistema de ônibus, trafegando sobre as novas avenidas, possibilitou a expansão da cidade em direção à periferia. E os ônibus ainda chegariam primeiro aos loteamentos mais distantes, eliminando de vez o sistema de bondes em 1968.

Aliás, é de 1968 o Plano Urbanístico Básico do Município, que já afirmava que “o processo de loteamento na periferia contribuiu para a precariedade dos serviços urbanos nessa área” e “a população é submetida a esforço constante e penoso na procura de melhoria econômica e social” (1968 apud BARTALINI, 1999). Dados do Plano dão conta de que quase metade da população não tinha acesso à rede pública de água e mais de 60% não era atendida pela rede de esgoto, assim como 60% das vias oficiais não eram pavimentadas e 76% destas não dispunham de iluminação.

Esse processo, principalmente nas grandes metrópoles, produziu um cenário desigual, em que o acesso à moradia, a serviços públicos – de educação, lazer, saúde, transportes, etc. – e ao emprego são concentrados em determinados bairros. Trata-se do que Kowarick (2000, p. 22), define como **espoliação urbana**, isto é,

[...] a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta.

Ao contrário do que se deveria esperar, o investimento público prioriza as áreas em que vivem e trabalham grupos de renda média e alta, ocasionando um

processo de contradições urbanas, uma vez que o investimento público em bens de consumo coletivos não visa à grande massa de trabalhadores (KOWARICK, 2000).

Mesmo a redução no ritmo de crescimento populacional da Grande São Paulo, nos anos 1980, não representou melhorias no atendimento às necessidades dos bairros pobres, pelo contrário; o que ocorreu na verdade foi um intenso adensamento das áreas periféricas (os bairros-dormitório ou as cidades-dormitório), as ocupações irregulares de áreas de mananciais, morros e encostas, dentre outras, e o expressivo crescimento das favelas. Isto contrasta com áreas que se tornaram alvo de expressivos investimentos imobiliários, aonde vem se construindo moradias de alto padrão (MEYER et al, 2004).

Como diz Caldeira (2003), nos anos 1970 as diferentes classes sociais estavam separadas não só pelas grandes distâncias, mas também pela enorme diferença que havia entre os tipos de habitação e a qualidade de vida: “Na década de 70, São Paulo tinha se tornado uma cidade na qual pessoas de diferentes classes sociais não só estavam separadas por grandes distâncias, mas também tinham tipos de habitação e qualidade de vida urbana radicalmente diferentes. Ligação de água, rede de esgotos, coleta de lixo, asfaltamento de ruas... tudo na periferia era pior.”

A mesma autora (2003, p.228) resume: “nos anos 70 os pobres viviam na periferia, em bairros precários e em casas auto-construídas; as classes média e alta viviam em bairros bem-equipados e centrais, uma porção significativa delas em prédios de apartamentos. O sonho da elite da República Velha fora realizado: a maioria era proprietária de casa própria e os pobres estavam fora de seu caminho.”

Essa ausência ou precariedade de políticas sociais, somadas ao nível de qualificação profissional dos cidadãos, a fatores biológicos como sexo e idade, aos impactos do retrocesso da economia e ao descompasso entre a remuneração e a produtividade do trabalho produz a **exclusão social** (KOWARICK, 2000).

A exclusão social tem um caráter geográfico, afinal: como diz Rolnik (1995), toda grande cidade tem hoje “territórios diferenciados”: há o bairro das fábricas, o bairro boêmio, o distrito industrial, os bairros tidos como “ricos” ou “pobres” e assim sucessivamente. A cidade, então, seria um “quebra-cabeças” onde o indivíduo conhece o seu local mas não reconhece ou estranha os demais. A mesma autora conclui dizendo que “é a este movimento de separação das classes sociais e

funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de **segregação espacial.**” (grifo do autor deste trabalho).

Eventualmente, a separação entre grupos é feita por muros ou barreiras físicas. Outras vezes, pode ser uma rua, uma ponte, ou até mesmo uma esquina qualquer. Pode, até, ser uma segregação forçada, violenta, como a que impedia a entrada de negros em determinadas áreas de cidades sul-africanas como Joanesburgo durante o *apartheid* (ROLNIK, 1995).

A segregação também está posta quando se faz referência à separação dos locais de trabalho em relação aos locais de moradia (ROLNIK, 1995). A cidade de São Paulo fornece o melhor exemplo, no Brasil, desse tipo de segregação: há milhares de pessoas que levam não menos que duas horas para chegar diariamente ao local de trabalho, utilizando dois, três ou até quatro meios de transporte diferentes. Isso gera uma situação insólita: bairros-dormitório (ou até cidades-dormitório, no caso da Grande São Paulo) vazios durante o dia, pois os trabalhadores estão em outros locais, e regiões comerciais ou financeiras desertas à noite. Não há qualquer equilíbrio nessa distribuição das pessoas.

Interessante é notar que, para as famílias mais abastadas, o espaço público não é mais a rua, e sim a sala de visitas de casa, que por sua vez é isolada do espaço íntimo – os dormitórios. A rua passa a ser o lugar “estranho” onde tudo se mistura, e por isso mesmo, um tanto perigosa. Simultaneamente, mesmo isolados no conforto do lar, os “ricos” querem estar distantes do território “popular”, já que há um risco de contaminação, de desordem (ROLNIK, 1995).

Nesse cenário, a rua não é nada mais que um local de passagem; ela deixa de ser espaço de socialização. A comercialização das terras, na prática vendidas como mercadoria, piora essa situação: quem tem mais, compra mais. Assim, o espaço de uma casa tida como nobre é certamente algumas vezes maior que a casa construída em bairros periféricos, onde o preço é menor (não necessariamente baixo) e, obviamente, dividido por mais pessoas.

Tão ruim quanto ou pior que as separações por grupo social ou por funções (morar *versus* trabalhar), sem dúvida, é a segregação determinada pela desigualdade de tratamento por parte das administrações locais (ROLNIK, 1995). Certamente há, na cidade de São Paulo, distritos em que a coleta de lixo se dá de forma mais ou menos frequente que em outros. É notável que o recapeamento asfáltico é feito mais vezes ao ano em bairros nobres que nos periféricos. E essa é a

realidade também na distribuição dos equipamentos urbanos mantidos pela prefeitura, e neste trabalho trata-se especificamente dos parques municipais.

Efetivamente, “o próprio espaço urbano é uma mercadoria cujo preço é estabelecido em função de atributos físicos [...] e locacionais [...]. Como a valorização ou desvalorização de uma região depende dos investimentos públicos e provados naquele espaço, o investimento maciço, representando por grandes trabalhos de remodelação, alteram substancialmente o mercado imobiliário” (ROLNIK, 1995, p.63). O investimento público em infraestrutura e equipamentos (os parques incluídos) tem grande importância no mercado imobiliário, produzindo localizações valorizadas.

O tipo mais conhecido de segregação espacial das metrópoles brasileiras é o centro x periferia (VILLAÇA, 2001). O mesmo autor (p.143) afirma que “O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. O espaço atua como um mecanismo de exclusão.”. Uma diferença notável entre centro e periferia no que diz respeito à segregação é que esta é involuntária no caso dos excluídos, onde eles foram obrigados a morar onde o terreno, o imóvel ou o aluguel é mais barato. Os ricos, em geral, escolhem onde querem morar, até para se diferenciar ou separar, daí falar de uma segregação voluntária.

Em suma, Caldeira (2003, p.211) diz que

a segregação – tanto social como espacial – é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade.

A mesma autora diz que, ao longo do século XX, São Paulo teve pelo menos três formas de segregação social em seu espaço urbano: do final do século XIX até os anos 1940, em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa mesma área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia. A segunda, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 1940 até 1980, onde os grupos estão separados por longas distâncias (média e alta nos bairros centrais e com boa infraestrutura e pobres nas distantes e precárias periferias). E uma terceira vem se consolidando desde os anos 1980: aquela em que os grupos estão muitas

vezes próximos mas estão separados por muros e aparatos de segurança e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. A autora explica que são:

espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Estes novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os 'marginalizados' e os sem-teto (CALDEIRA, p.211).

Pode-se dizer que a segregação socioespacial vem aumentando na cidade de São Paulo, considerando-se as taxas de crescimento populacional dos distritos do município e das demais cidades da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Pior é ver que boa parte das benfeitorias promovidas pelo estado acaba atendendo aos interesses de uma minoria, que também se beneficia da especulação imobiliária. A construção do metrô, por exemplo, supervaloriza as áreas próximas e, o que serviria para atender o cidadão que não dispõe de automóvel, acaba resultando na expulsão daqueles que não podem comprar ou alugar um imóvel nessa área privilegiada. Os grupos mais pobres são, assim, expulsos para as áreas mais distantes (KOWARICK, 1993).

Em que pesem os investimentos em itens básicos de infraestrutura em bairros periféricos de São Paulo, como na universalização do abastecimento de água e a expansão da rede de transportes sobre trilhos (trem e metrô), “permaneceram ausentes outros atributos qualificadores, como os serviços de saúde, educação, áreas de lazer e cultura, para atender ao expressivo contingente populacional aí instalado.” (MEYER et al, 2004, p.67)

É interessante ver como os estudos, em geral, negligenciam a simples citação a parques urbanos como componente relevante das cidades, e mesmo como equipamento de lazer. Meyer et al (2004), falando sobre a distribuição de equipamentos de lazer e serviços na Região Metropolitana de São Paulo, organizam uma série de mapas documentando essa distribuição, cada um deles referindo-se a um tipo de equipamento, como por exemplo: teatros, museus, ginásios e estádios, cinemas e até supermercados e shopping centers. Mas nada sobre os parques, ironicamente o único tipo de equipamento que possibilita o acesso gratuito de forma permanente.

Na realidade, na cidade de São Paulo, a distribuição dos equipamentos de lazer evidencia não apenas a segregação espacial, mas também a exclusão social, como, aliás, ocorre na quase totalidade de cidades brasileiras (SILVA; NUNES,

2009). Para Botelho (2003), por exemplo, a distribuição dos equipamentos culturais revela uma cidade desequilibrada, não só em relação ao espaço, mas à disponibilidade de tempo livre para usufruto do lazer.

E qual foi o impacto do crescimento populacional em São Paulo sobre suas áreas verdes? A hipótese mais óbvia e, sem dúvida, a mais importante, privilegia o crescimento desmesurado da cidade com todas as suas sequelas, inclusive aquela que aqui é tratada, a de uma cidade que engole seus espaços livres. Há uma segunda, pouco lembrada, que é a tardia consciência sobre a importância das áreas verdes. Ou seja, a própria população (e o poder público, claro) apenas recentemente vem se manifestando.

Para entender como se deu o processo de crescimento populacional na cidade de São Paulo e suas consequências, o item a seguir traz os principais dados sobre população do município, com algumas comparações que mostram a distribuição dos indivíduos pelo território e que corroboram o que foi dito sobre sua periferização e redistribuição

## **2.2. População na cidade de São Paulo**

O município de São Paulo configura um caso singular de metropolização em poucas décadas. Em pouco mais de cem anos – de uma Vila no final do século XIX até os dias atuais – a cidade transformou-se na quarta cidade mais populosa do mundo, com 11.253.503 milhões de habitantes vivendo em 1.509 km<sup>2</sup> (SÃO PAULO, 2011).

Vários fatores históricos podem explicar o rápido crescimento populacional do município (SÃO PAULO, 2007). Num primeiro momento, a partir de 1870, São Paulo se consolida como local de desembarque de imigrantes europeus que iriam trabalhar nas lavouras de café do interior, além de ser ponto de passagem da produção cafeeira ao Porto de Santos. A riqueza gerada pela exportação do café viabilizaria, num segundo momento, a industrialização no município, atraindo outra leva enorme de pessoas, desta vez de outras partes do Brasil, para trabalhar nas fábricas, desde o início do século XX, atingindo o auge após os anos 1960.

Após os anos 1980, São Paulo passa a concentrar suas principais atividades econômicas no setor terciário, com a saída das empresas para outros municípios. O crescimento populacional diminui, mas a cidade já não escondia a falta de planejamento em sua infraestrutura básica e a simples impossibilidade do poder

público em prover mínimas condições de moradia, saúde, educação e lazer, entre outros, para o contingente humano que se instalara no município.

Durante a década de 1990, somente os distritos situados nos extremos da cidade, notadamente os limítrofes com outros municípios da região metropolitana, continuaram a ter crescimento vegetativo positivo. O prolongamento da desconcentração industrial, o alto custo de vida no município e a expansão das atividades terciárias no centro podem ser citados como fatores para o aumento do contingente populacional nas áreas periféricas de São Paulo (SÃO PAULO, 2007).

Na Tabela 2, adiante, estão dispostos os 96 distritos da cidade de São Paulo, sua população e a taxa de crescimento média anual da população. Foram marcados, com linhas escuras, os 46 distritos (praticamente metade do total) que tiveram um crescimento acima daquele que o município teve. Dos distritos em que a população cresce acima da média, boa parte deles proporciona uma má qualidade de vida e/ou a renda média é mais baixa. Adiante isso será mais bem discutido.

Finalmente, na Tabela 3, são reproduzidos dados sobre a população da cidade de São Paulo nos censos realizados pelo IBGE. Para efeitos de comparação, estão disponibilizados também os números referentes à população da Região Metropolitana de São Paulo, do Estado de São Paulo e do Brasil, com as taxas de crescimento médio anual.

Nota-se que a população do município teve taxas de crescimento anual superiores às do Estado e do Brasil até o início dos anos 1980, exatamente quando as indústrias começam a deixar a cidade e o setor terciário paulatinamente suplanta o secundário. Em comparação com a Região Metropolitana, as taxas de crescimento desta sempre foram maiores, o que pode ser justificado tanto por serem áreas de ocupação posterior à capital paulista, pelo deslocamento das indústrias para essas cidades vizinhas e também pelo processo de periferização das populações mais humildes, que não tem, até hoje, condições de morar nas regiões centrais de São Paulo por conta dos preços de compra ou dos aluguéis de imóveis em geral.

**Tabela 2 – População por distrito e taxa de crescimento na última década**

Unidades Territoriais	População 2010	Tx. Crescimento 2000/2010	Unidades Territoriais	População 2010	Tx. Crescimento 2000/2010
<b>MSP</b>	<b>11.253.503</b>	<b>0,76</b>	<b>MSP</b>	<b>11.253.503</b>	<b>0,76</b>
Água Rasa	84.963	-0,11	Liberdade	69.092	1,11
Alto de Pinheiros	43.117	-0,30	Limão	80.229	-0,22
Anhanguera	65.859	5,54	Mandaqui	107.580	0,42
Aricanduva	89.622	-0,56	Marsilac	8.258	-0,18
Artur Alvim	105.269	-0,55	Moema	83.368	1,58
Barra Funda	14.383	1,04	Moóca	75.724	1,81
Bela Vista	69.460	0,95	Morumbi	46.957	3,10
Belém	45.057	1,29	Parelheiros	131.183	2,46
Bom Retiro	33.892	2,45	Pari	17.299	1,56
Brás	29.265	1,52	Parque do Carmo	68.258	0,64
Brasilândia	264.918	0,69	Pedreira	144.317	1,25
Butantã	54.196	0,29	Penha	127.820	0,28
Cachoeirinha	143.523	-0,28	Perdizes	111.161	0,82
Cambuci	36.948	2,55	Perus	80.187	1,27
Campo Belo	65.752	-0,13	Pinheiros	65.364	0,37
Campo Grande	100.713	0,98	Pirituba	167.931	0,37
Campo Limpo	211.361	0,99	Ponte Rasa	93.894	-0,44
Cangaíba	136.623	-0,06	Raposo Tavares	100.164	0,94
Capão Redondo	268.729	1,10	República	56.981	1,79
Carrão	83.281	0,63	Rio Pequeno	118.459	0,58
Casa Verde	85.624	0,24	Sacomã	247.851	0,83
Cidade Ademar	266.681	0,92	Santa Cecília	83.717	1,64
Cidade Dutra	196.360	0,26	Santana	118.797	-0,48
Cidade Líder	126.597	0,81	Santo Amaro	71.560	1,69
Cidade Tiradentes	211.501	1,04	São Domingos	84.843	0,24
Consolação	57.365	0,51	São Lucas	142.347	0,21
Cursino	109.088	0,67	São Mateus	155.140	0,02
Ermelino Matarazzo	113.615	0,62	São Miguel	92.081	-0,56
Freguesia do Ó	142.327	-0,18	São Rafael	143.992	1,42
Grajaú	360.787	0,79	Sapopemba	284.524	0,08
Guaianases	103.996	0,54	Saúde	130.780	1,03
Iguatemi	127.662	2,29	Sé	23.651	1,63
Ipiranga	106.865	0,78	Socorro	37.783	-0,34
Itaim Bibi	92.570	1,29	Tatuapé	91.672	1,45
Itaim Paulista	224.074	0,52	Tremembé	197.258	1,88
Itaquera	204.871	0,17	Tucuruvi	98.438	-0,09
Jabaquara	223.780	0,44	Vila Andrade	127.015	5,60
Jaçanã	94.609	0,30	Vila Curuçá	149.053	0,17
Jaguara	24.895	-0,32	Vila Formosa	94.799	0,10
Jaguare	49.863	1,62	Vila Guilherme	54.331	0,84
Jaraguá	184.818	2,39	Vila Jacuí	142.372	0,03
Jardim Ângela	295.434	1,86	Vila Leopoldina	39.485	3,92
Jardim Helena	135.043	-0,30	Vila Maria	113.463	-0,03
Jardim Paulista	88.692	0,58	Vila Mariana	130.484	0,54
Jardim São Luís	267.871	1,14	Vila Matilde	104.947	0,19
José Bonifácio	124.122	1,49	Vila Medeiros	129.919	-0,78
Lajeado	164.512	0,42	Vila Prudente	104.242	0,21
Lapa	65.739	0,89	Vila Sônia	108.441	2,18

Fonte: IBGE, 2011 (organizado pelo autor)

**Tabela 3 – População do Município de São Paulo, taxa de crescimento e comparação**

Anos	Município de São Paulo		Região Metropolitana de SP		Estado de São Paulo		Brasil	
	População	Taxa de Crescimento <sup>6</sup>	População	Taxa de Crescimento <sup>3</sup>	População	Taxa de Crescimento <sup>3</sup>	População	Taxa de Crescimento <sup>3</sup>
1872	31.385		-		837.354		10.112.061	
1890	64.934	4,1	-	-	1.384.753	2,8	14.333.915	2,0
1900	239.820	14,0	-	-	2.282.279	5,1	17.318.556	1,9
1920	579.033	4,5	-	-	4.592.188	3,6	30.635.605	2,9
1940	1.326.261	4,2	1.568.045	-	7.180.316	2,3	41.236.315	1,5
1950	2.198.096	5,2	2.622.786	5,3	9.134.423	2,4	51.944.397	2,3
1960	3.781.446	5,6	4.739.406	6,1	12.974.699	3,6	70.119.071	3,1
1970	5.924.615	4,6	8.139.730	5,6	17.771.948	3,2	93.139.037	2,9
1980	8.493.226	3,7	12.588.725	4,5	25.040.712	3,5	119.002.706	2,5
1991	9.646.185	1,2	15.444.941	1,9	31.588.925	2,1	146.825.475	1,9
2000	10.434.252	0,9	17.878.703	1,6	37.032.403	1,8	169.799.170	1,6
2010	11.253.503	0,8	19.683.975	1,1	41.262.799	1,1	190.755.799	1,2

Fonte: IBGE, Censos Demográficos

<sup>6</sup> Taxa de crescimento geométrico anual, em % – como o Censo Demográfico não foi feito em períodos rigorosamente regulares desde 1872, calculou-se a taxa média anual de crescimento da população entre um Censo e o próximo.

O desafio que se apresenta, hoje, é o de prover boas condições de vida para um contingente populacional dos maiores do planeta, no que se refere à cidade de São Paulo e sua região metropolitana. Isso significa atuar de maneira firme e perene na solução dos problemas de infraestrutura básica (água, esgoto, coleta de lixo, saúde, segurança, transportes públicos, energia elétrica e outros). Mas e quanto ao provimento do lazer? Já se falou do direito constitucional, portanto a atuação do poder público não pode deixar à margem ou simplesmente negligenciar a necessidade do cidadão descansar, recrear-se, ter um tempo livre proveitoso e enriquecedor e mesmo compartilhar experiências com membros da família e/ou com amigos.

Considerando-se o visível incremento populacional na cidade ao longo das décadas, sobretudo na segunda metade do século XX, cabe perguntar: por que o nascimento de uma consciência sobre a necessidade de áreas verdes não apenas em São Paulo, mas também no resto do país, se deu de forma tardia? Não se deve esquecer que o Parque Ibirapuera, hoje o principal ícone do passeio público paulistano, no início da década de 1970, ainda tinha uma frequência diminuta, com a população assistindo passivamente ao processo de ocupação para outros fins de partes fronteiriças que diminuíram consideravelmente sua extensão. Apenas após o advento da prática da caminhada, da corrida, a frequência começou a aumentar a ponto de o parque estar hoje, em sábados e domingos, inteiramente ocupado pela população.

Essa consciência tardia nunca foi generalizada. As elites sociais e culturais já estavam atentas a essa necessidade, como foi dito no primeiro capítulo. Contudo, se os imigrantes europeus tiveram importante papel no processo de desenvolvimento cultural da cidade, deve-se lembrar também que a estrutura da população urbana paulistana é constituída de migrantes rurais. A integração desses migrantes na Capital sempre foi delicada (CÂNDIDO, 1964; FLUSSER, 1998). Tudo se passa como se, com quase quatro séculos de atraso, esses migrantes, tal como os rurais medievais, fossem confrontados às regras implícitas no processo civilizador, de que fala Elias (1994). Pode-se colocar, ao menos como hipótese, que esse aumento migratório, mormente das zonas rurais brasileiras, deriva em parte da incúria do poder público. Efetivamente, essa incúria é gritante e as periferias dispõem de menor número de espaços verdes de proximidade que, aparentemente, não foram considerados necessários por ocasião do planejamento dos loteamentos.

Empreendedores e habitantes, ao que tudo indica, talvez não os julgassem necessários e o poder público não se fez presente para fiscalizar os novos assentamentos urbanos que surgiam a todo momento e exigir o espaço livre necessário à prática de lazer.

### **2.3. Evolução e implantação dos parques urbanos na cidade de São Paulo**

Entre o início do século XIX e as três primeiras décadas do século XX foram criadas apenas duas áreas verdes na cidade de São Paulo: o Jardim da Luz e o Parque da Várzea do Carmo, que podem ser consideradas as mais importantes intervenções do poder municipal no suprimento de áreas verdes de recreação até a inauguração do Parque Ibirapuera, já em 1954. Os outros parques municipais criados entre 1799 e 1954 (os atuais Siqueira Campos, Buenos Aires e Aclimação) saíram do papel muito mais pela participação da iniciativa privada da época que pelo esforço da prefeitura.

O Jardim da Luz, criado em 1799 como Horto Botânico, foi entregue somente em 1825, já como Jardim Botânico, muito embora sua função, desde sempre, tenha sido a recreação pública, atendendo à burguesia que morava na sua vizinhança. Isso mais em teoria que na prática, afinal a classe social mais abastada era composta de pessoas que enriqueceram com o comércio de animais de carga (BRUNO, 1954, p. 441 apud BARTALINI, 1999) e que, supostamente, eram pouco afeitos a hábitos como o passeio em jardins.

O que se sabe sobre os hábitos de lazer de estudantes e outras classes sociais da população de São Paulo, desde o início do século XIX até aproximadamente 1950, é de que predominavam os banhos de rio, brincadeiras, alguns jogos e esportes e passeios em locais mais afastados e/ou nas próprias várzeas dos rios, especialmente a do Tamanduateí, não numa área cercada. Assim, a necessidade real de uma intervenção da prefeitura era mínima (BARTALINI, 1999).

Assim, além do baixo nível de uso, o abandono fez com que o Jardim da Luz só fosse mais bem aproveitado após sua primeira reforma, em meados da década de 1870 e, mesmo assim, com o surgimento de novos bairros de elite, outros parques foram inaugurados e o da Luz foi perdendo importância ao longo do tempo (PENHALBER et al, 2004).

Em meados da década de 1890, pode-se mencionar a criação de duas áreas de passeio, desta vez pelo Estado, que foram o parque e o horto na Serra da Cantareira e o Museu Paulista, no Ipiranga, que tinha jardins e um pequeno horto. A recreação pública não era exatamente a prioridade, mas deve-se ressaltar que foi o embrião para espaços que posteriormente se tornaram local de lazer. Como exemplo, a área verde ao redor do Museu Paulista, hoje, configura-se como o Parque da Independência, mantido pela prefeitura (BARTALINI, 1999).

Concomitantemente, mais precisamente em 1892, inaugurou-se o Parque Villon (depois Trianon, hoje Tenente Siqueira Campos), um espaço privado que só se tornou público alguns anos mais tarde (em 1911). Não era um parque no sentido que se deu ao termo na Europa e nos Estados Unidos; no lugar de extensos gramados com grupos de árvores, lagos e piscinas para natação e campos de jogos para homens, mulheres e crianças, encontrava-se um local com “vegetação luxuriante, entremeada de cipós, que os caminhos sinuosos expunham aos visitantes” (BARTALINI, 1999).

Dentre jardins e canteiros de ruas e avenidas mantidos pela prefeitura, pode-se destacar, também, algumas áreas privadas que foram bastante frequentadas entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. A Companhia Antártica Paulista (de bebidas) possuía duas delas: o Parque Antártica, que ficava onde hoje se situa o Estádio Palestra Itália (atual Barra Funda), e o Bosque da Saúde, na zona sul, com um residual de Mata Atlântica, que acabou se tornando um loteamento. Essas duas áreas contavam com calçamentos e trilhas, espaços sombreados pelas árvores e serviam para os piqueniques da população. Outra área privada já bastante frequentada na década de 1920 era o Jardim da Aclimação, onde hoje fica o Parque da Aclimação, que além da sombra das árvores oferecia passeios de bote na lagoa, um salão de baile, restaurante, rинque de patinação e até um zoológico (BARTALINI, 1999).

No início do século XX, “as planícies dos maiores cursos d’água que atravessam o município estavam praticamente livres de urbanização, com exceção da margem esquerda do Tamanduateí” (BARTALINI, 1999, p.50). Alguns anos depois, mesmo com a implantação das ferrovias nos vales dos rios Tamanduateí e Tietê e, como consequência, a atração das indústrias e a construção dos primeiros bairros operários, havia grandes extensões de planícies não ocupadas mesmo no Rio Tietê.

Por outro lado, a prefeitura estava livre, num primeiro momento, de pressões pela implantação de áreas verdes, pois o lazer se dava de forma espontânea onde quer que fosse, além de existirem clubes recreativos e esportivos (Espéria, Tietê e inúmeros “de várzea”) e áreas de recreação privadas (Parque Antártica, Jardim da Aclimação).

De qualquer forma, o fato é que a prefeitura em parte se omitiu de implantar um sistema de parques quando isso era possível, embora já existissem diversos planos e projetos, alguns deles solicitados pela própria administração municipal. Mas não se pode descartar algumas medidas pontuais.

Na gestão (1899 a 1910) do prefeito Antônio Prado, arborizou-se ruas e avenidas, canalizou-se o córrego Anhangabaú e foram tomadas medidas no sentido de sanear as várzeas e controlar as enchentes, “associadas ao embelezamento nos moldes das grandes cidades europeias e norte-americanas” (BARTALINI, 1999, p.52; KLIASS, 1993, p.37). Era necessário dar alguma qualidade urbanística à cidade, ainda que isto estivesse restrito ao centro e aos chamados “bairros nobres”.

A gestão seguinte, de Raimundo Duprat, tem considerável relevância na história dos parques urbanos na cidade de São Paulo. O prefeito contratou, em 1911, os serviços do engenheiro paisagista francês Joseph-Antoine Bouvard, que elaborou um plano que incluía três grandes parques: o Anhangabaú, o da Várzea do Carmo e o Ponte Grande ou Floresta (nas proximidades da atual Ponte das Bandeiras, na Marginal do Tietê). Segundo o próprio em seu relatório, cumpririam as funções de “reservatórios de ar”, de “lugares de passeio” e de “focos de higiene e de bem estar, necessários à saúde pública, tanto moral como física” (apud BARTALINI, 1999).

O plano de Bouvard era obviamente inspirado no modelo francês, onde há uma relação íntima entre sistema viário e sistema de parques. Em São Paulo, esse modelo foi não mais do que parcialmente adotado em ambos os sistemas. Por outro lado, algumas das principais áreas verdes propostas saíram do papel, muito embora entregues anos depois. Mesmo a proposta dos “passeios interiores”, que seriam circuitos de ruas e avenidas arborizadas ligando praças, parques e mirantes, embora não tenham sido executados em sua plenitude, levou à arborização de algumas das vias listadas para os “passeios” (BARTALINI, 1999).

Durante as décadas de 1910 e 1920 outros planos foram realizados; nenhum deles foi totalmente implantado, mas eram comumente reaproveitados em

projetos seguintes. Em 1927 a municipalidade iniciou os preparativos para a construção do Parque do Ibirapuera, com o plantio de cem mil exemplares de plantas o que, de certa forma, desabonou a prefeitura de investir em parques nas proximidades dos rios Tietê e Pinheiros. Nesse sentido, a Diretoria Geral de Higiene da época, que era responsável pela Administração dos Jardins manifestou-se dizendo que

nossa cidade tem insuficiência de parques, necessários à higienização do ar e mister se faz um estudo para a localização de outros nos bairros de população concentrada como Mooca, Brás, Belenzinho, antes que a formidável valorização dos terrenos que dia a dia mais se acentue torne a tarefa muito mais onerosa (apud BARTALINI, 1999, p.80).

Esta e outras manifestações favoráveis à criação de parques acabaram fazendo com se incluísse, no Plano de Avenidas do engenheiro Francisco Prestes Maia,

[...] um “Appendice” em que trata dos parques, tanto os “grandes parques, por suas relações de esthetica e de tráfego com o plano arterial” quanto os “jardins interiores, playground, etc., por concorrerem indirectamente para a facilidade de circulação, pois nos bairros populosos desviam das ruas a criançada” (KLIASS, 1993, p.45).

O Plano do prefeito Prestes Maia, publicado em 1930, previa quatro Grandes Parques e sete Parques Médios, além de pequenas áreas de recreação infantil nos bairros. Efetivamente, os únicos que se concretizaram e, ainda assim, por já estarem em processo de implantação, foram o do Estado, o da Cantareira e o do Ibirapuera (todos da categoria “Grande”) e o Parque da Aclimação, que já existia como área privada e que foi comprada por Prestes Maia em 1939 (KLIASS, 1993).

Bartalini (1999) menciona que, na prática, os parques públicos paulistanos que estavam implantados ou em implantação durante a gestão de Prestes Maia (1938-1945) tinham como real semelhança às experiências europeias e norte-americanas não mais que o estilo. A preocupação com o atendimento às classes menos favorecidas e sua formação se mostrou mais clara em outros tipos de estruturas criadas pela prefeitura, como os “parques infantis”, os “centros educacionais e recreativos” e nos “clubes de menores”. Nos parques públicos, os objetivos sociais nunca chegariam a ser preponderantes, ao menos nos parques implantados até o período da pesquisa do próprio Bartalini.

Ainda que vários projetos urbanos destacassem a necessidade de áreas verdes para a cidade, as iniciativas para o lazer em parques públicos municipais continuavam conservadoras. Dos anos 1930 até meados da década de 1960, a

população de São Paulo multiplicou-se por seis, e a área urbanizada cresceu quatro vezes, sem que houvesse qualquer plano para áreas verdes de recreação. Embora existisse uma obrigação legal de se doar uma porcentagem da área dos loteamentos para áreas verdes, a prefeitura não fiscalizava a constituição desenfreada de loteamentos clandestinos (BARTALINI, 1999).

Como exemplos da situação colocada acima, diversas áreas da cidade foram compradas ou desapropriadas pela prefeitura, bem como foram incorporadas como “sobras” de loteamentos, e seriam aproveitadas para a construção de parques no período compreendido entre as décadas de 1950 e 1960. Entretanto, alguns desses parques só seriam efetivamente abertos muitos anos depois. Um exemplo disso é o Parque São Domingos, cujas terras passaram à prefeitura entre 1951 e 1953 e o parque em si foi aberto apenas em 1979. São casos semelhantes os parques Alfredo Volpi, Previdência, Rodrigo de Gaspari, Lions Club, Santa Amélia, Luís Carlos Prestes, Jardim da Felicidade e Severo Gomes (BARTALINI, 1999).

Houve outros complicadores para a expansão dos parques em São Paulo, típicos de uma cidade de crescimento desordenado: criado em 1922, o Parque Dom Pedro II foi descaracterizado poucas décadas depois de sua inauguração, com a instalação de vias públicas ao seu redor. E, na verdade, não é um exemplo isolado de desprezo com as áreas verdes. Nas décadas de 1950 e 1960, outras áreas com potencial para a abertura de parques foram progressivamente incorporadas ao uso urbano, como as margens dos rios, que deram lugar às avenidas marginais (WHATELY et al, 2008).

Em dado momento, a história poderia ter mudado:

“Entre 1967 e 1969, desenvolveu-se o Plano de Áreas Verdes de Recreação, baseado na necessidade de diagnosticar a realidade urbana, que resultou em uma divisão da cidade em 25 zonas, cada uma delas com propostas de implementação de áreas verdes de recreação, obedecendo algumas tipologias: parque de vizinhança, parque de bairro, parque setorial e parque metropolitano” (WHATELY et al, 2008, p. 40).

A ideia era implantar 29 parques setoriais distribuídos pela cidade, com diferentes funções. Se por um lado o crescimento da cidade poderia simplesmente extinguir espaços previstos para parques, o plano poderia resguardar algumas áreas que pudessem se tornar espaços de lazer.

No início dos anos 1970, a cidade vivia uma situação econômica favorável e muitas das obras previstas pelo Plano de Avenidas de Prestes Maia foram

implantadas. Apesar disso, pouco se fez no que diz respeito às áreas verdes. Segundo Bartalini (1999, p.122):

[...] até os primeiros anos da década de 1980, as realizações começaram a acontecer, de início com a implantação de várias “praças equipadas” ou, pode-se dizer, pequenos parques de vizinhança e, em seguida, com a construção de parques de maiores dimensões. Ainda que a administração de Olavo Setúbal tenha sido a que mais investiu na obtenção de terrenos e na construção de parques públicos, em sua gestão o carro-chefe foram os transportes públicos nos quais foram gastas as maiores parcelas dos orçamentos anuais”.

Na década seguinte, quando a economia brasileira entrou em recessão, os investimentos públicos decresceram e, simultaneamente, as carências da população se agigantavam. Bartalini (1999), analisando a implantação de parques entre os anos de 1968 e 1995, verifica que na primeira metade deste período (entre 1968 e 1983) criaram-se onze parques, num total de 1200 hectares. Mesmo descontando-se os quase 900 hectares do Parque Anhanguera, houve a implantação de 300 hectares de parques. As terras dessas áreas eram essencialmente advindas de desapropriações ou pagamento de dívidas. Na metade seguinte, também foram implantados onze parques, mas que perfaziam apenas 60 hectares, e a maior parte dessas terras era referente a áreas livres de loteamentos, ou seja, que já eram livres para o uso da população e para os quais a prefeitura não deveria pagar nada, além de parte delas serem praças que, para se tornarem parques, receberam algumas poucas intervenções.

Apenas os Parques Raul Seixas, Santo Dias e Burle Marx (abertos somente em 1989, 1991 e 1995, respectivamente) são originários de áreas de loteamentos abertos nos anos 1970. Os parques que foram inaugurados nesta década são, como já mencionado, oriundos de loteamentos abertos entre 1951 e 1970.

Dentre os parques não originados de “sobras” de loteamentos e sim de áreas compradas ou confiscadas pela prefeitura, estão o Guarapiranga (1974), sem seguir o estabelecido pelo Plano de Áreas Verdes acima citado e que é resultante de uma compra datada de 1938 (WHATELY et al, 2008), o Anhanguera (1978), confiscadas e Raposo Tavares (1981), área que tinha sido comprada em 1966, utilizada como aterro sanitário até seu esgotamento, e transformada em parque a partir de 1978.

Finalizando a análise do período compreendido entre 1968 e 1995, estão sete áreas compradas pela prefeitura com o objetivo declarado de implantar parques, que são os atuais Carmo (1976), Piqueri (1978), Vila dos Remédios (1979),

Nabuco (1979), Lina e Paulo Raia (1997), Chico Mendes (1989) e Vila Guilherme (1988).

De modo geral, se aproveitou oportunidades ou se seguiu a determinação pessoal do prefeito da época. As áreas, em parte dos casos, eram remanescentes de antigas chácaras ou congregações religiosas, já extensamente arborizadas e que não precisavam de mais do que alguns equipamentos como brinquedos e quadras poliesportivas para o uso recreativo (BARTALINI, 1999).

Uma característica dos parques da década de 1970 é o seu caráter fortemente relacionado ao lazer; quadras poliesportivas, pistas de *cooper* e aparelhos de ginástica passaram a ser mais comuns, além do oferecimento de atividades esportivas e recreativas (WHATELY et al, 2008). As funções meramente estéticas e a atenção a estilos arquitetônicos europeus começam a ser um aspecto secundário dos parques; isto tem relação direta com a localização de alguns desses novos parques, em bairros afastados do centro, para atender não somente à elite, mas a uma classe trabalhadora então alijada de outros equipamentos públicos de lazer.

Nos anos 1980, outras necessidades, como proteção aos mananciais e conservação da natureza, passaram a compor a pauta para criação de parques municipais. Em muitos casos, inclusive, a função de lazer era uma razão secundária (BARTALINI,1999). Entre 1981 e 1987, houve um hiato na criação de parques, interrompido com a criação de vários pequenos parques municipais entre 1989 e 1992, conforme citado acima.

Em 2002 a prefeitura de São Paulo lança o já citado Plano Diretor Estratégico (PDE, Lei Municipal nº 13.430/02), que finalmente cria um Sistema de Áreas Verdes para o município. Efetivamente, a obrigação gerada pelo PDE motivou a criação do projeto “100 parques para São Paulo”, em 2008. O projeto tem como meta um total de 100 parques implantados até 2012, numa área total de 50 milhões de metros quadrados. Se a meta se concretizar no prazo estabelecido, cada morador de São Paulo terá à sua disposição, teoricamente, 4m<sup>2</sup> de área verde por pessoa em parques municipais, sem considerar outros tipos de áreas verdes.

Não se pode negar que o projeto é ambicioso; de 2008 até o momento de encerramento deste trabalho, o número de parques municipais praticamente dobrou. No entanto, a implantação (rápida) dessas novas unidades não é tão efetiva como parece. Uma série de reportagens de veículos da imprensa paulistana trazem a

informação de que parques foram inaugurados e fechados poucos dias depois e que alguns deles não contam com qualquer tipo de equipamento e mesmo funcionários para que se faça um mínimo de atendimento.

Na tabela 4, a seguir, está a relação dos parques urbanos municipais de São Paulo oficialmente inaugurados desde 1825 até fevereiro de 2012, de acordo com a página eletrônica da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, especificando para cada parque seu ano de criação e sua área.

Com esta tabela, pretendeu-se demonstrar melhor as informações acima, em particular o crescimento não linear (ou melhor, quase errático) do número de parques ano a ano, bem como a evolução do índice de área verde por habitante considerando-se apenas este tipo de espaço. Ainda não está se tratando da distribuição dos mesmos pela cidade, mas oportunamente ficará claro que os hiatos temporais na criação dos parques acaba tendo relação com sua distribuição por São Paulo.

**Tabela 4 – Evolução<sup>7</sup> da criação dos parques municipais e índice de área verde por habitante**

<b>Data</b>	<b>Parque</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>	<b>População</b>	<b>Índice (m<sup>2</sup>/hab)</b>
1825	Jardim da Luz	113.400		
<b>1872</b>		<b>113.400</b>	<b>31.385</b>	<b>3,61</b>
		0		
<b>1890</b>		<b>113.400</b>	<b>64.934</b>	<b>1,75</b>
1892	Trianon	48.600		
<b>1900</b>		<b>162.000</b>	<b>239.820</b>	<b>0,68</b>
1913	Buenos Aires	25.000		
<b>1920</b>		<b>187.000</b>	<b>579.033</b>	<b>0,32</b>
1939	Aclimação	112.200		
<b>1940</b>		<b>299.200</b>	<b>1.326.261</b>	<b>0,23</b>
		0		
<b>1950</b>		<b>299.200</b>	<b>2.198.096</b>	<b>0,14</b>
1954	Ibirapuera	1.584.000		
<b>1960</b>		<b>1.883.200</b>	<b>3.781.446</b>	<b>0,50</b>
1966	Alfredo Volpi	142.432		
1968	Cemucam	500.000		
<b>1970</b>		<b>2.525.632</b>	<b>5.924.615</b>	<b>0,43</b>
1974	Guarapiranga	152.600		
1976	Carmo	1.500.000		
1978	Piqueri	97.200		
1979	Nabuco	31.300		
1979	São Domingos	80.000		
1979	Providência	91.500		
1979	Anhanguera	9.500.000		
1979	Vila dos Remédios	109.800		
<b>1980</b>		<b>14.088.032</b>	<b>8.493.226</b>	<b>1,66</b>
1980	Rodrigo de Gásperi	39.000		
1981	Raposo Tavares	195.000		
1987	Lions Club Tucuruvi	23.700		
1988	Vila Guilherme	66.000		
1989	Chico Mendes	61.600		
1989	Raul Seixas	33.000		
1989	Severo Gomes	34.900		
1989	Independência	161.300		
1990	Jardim Felicidade	28.800		
1990	Luís Carlos Prestes	27.100		
<b>1991</b>		<b>14.758.432</b>	<b>9.646.185</b>	<b>1,53</b>
1991	Santo Dias	134.000		
1992	Cidade de Toronto	109.100		
1992	Santa Amélia	34.000		
1995	Eucaliptos	15.448		
1995	Burle Marx	138.279		
1997	Lina e Paulo Raia	15.000		
<b>2000</b>		<b>15.204.259</b>	<b>10.434.252</b>	<b>1,46</b>

<sup>7</sup> Evolução esta representada tanto pela criação ano a ano de parques como pelos totais nos anos de recenseamento do IBGE, marcados em negrito.

<b>Data</b>	<b>Parque</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>	<b>População</b>	<b>Índice (m<sup>2</sup>/hab)</b>
2002	Chácara das Flores	41.738		
2005	Ermelino Matarazzo	5.181		
2005	Lydia Natalizio Diogo	60.000		
2005	Colina de São Francisco	49.053		
2007	Cordeiro	34.000		
2007	Linear Ipiranguinha	10.000		
2007	Linear Parelheiros	16.000		
2007	Linear Tiquatira	320.000		
2007	Trote	121.000		
2008	Victor Civita	13.648		
2008	Linear São José (1 <sup>a</sup> . fase)	25.000		
2008	Linear Rapadura	70.000		
2008	Shangrilá	75.643		
2008	Povo	112.000		
2008	Linear do Fogo	30.000		
2008	Linear Aricanduva	120.000		
2008	Linear Itaim	60.000		
2008	Linear Sapé	23.544		
2008	Jacinto Alberto	40.910		
2008	Vila do Rodeio	613.200		
2009	Consciência Negra	130.135		
2009	Esportivo do Trabalhador	286.000		
2009	Jacques Cousteau	65.736		
2009	Linear Água Vermelha (1 <sup>a</sup> . Fase)	126.634		
2009	Linear Guaratiba	29.000		
2009	Pinheirinho d'Água	250.306		
2009	Tenente Brigadeiro Faria Lima	40.131		
2009	Vila Sílvia (1 <sup>a</sup> . fase)	4.400		
2009	Zilda Natel	2.386		
2010	Casa Modernista	12.710		
2010	Lajeado	36.000		
2010	Leopoldina / Villas-Bôas	55.000		
2010	Linear Canivete	60.000		
2010	Linear Integração / Zilda Arns	224.000		
2010	Mário Covas	5.396		
2011	Águas	70.320		
2011	Benemérito José Brás	22.300		
2011	Ciência	187.000		
2011	Guanhembu	71.920		
2011	Jardim Herculano	75.277		
2011	Linear Castelo	103.337		
2011	Linear Mongaguá	60.000		
<b>2010</b>		<b>18.963.164</b>	<b>11.253.503</b>	<b>1,69</b>

**Fonte:** SÃO PAULO, 2012 e IBGE, 2011 (adaptado pelo autor)

### **3. ANÁLISE DOS DADOS: DISTRIBUIÇÃO DOS PARQUES MUNICIPAIS E SEGREGAÇÃO AO ACESSO**

#### **3.1. Metodologia**

Para analisar a distribuição dos parques municipais no território da cidade de São Paulo, bem como verificar se há segregação ao acesso aos parques, foi necessário estabelecer uma série de procedimentos, parâmetros e unidades de medição que possibilitassem uma leitura razoável da situação real.

Primeiro: o que é o parque municipal característico? Quantos e quais deles seriam levados em consideração? Tomando-se a definição de parque urbano, já apresentada neste trabalho, no caso da cidade de São Paulo poderiam ser chamados dessa forma tanto parques mantidos pela prefeitura do município como alguns geridos pelo governo do Estado de São Paulo. Este por sua vez mantém na cidade algumas unidades que definitivamente não são parques urbanos, e sim o que se pode chamar de parques ecológicos, cuja legislação maior é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, já citado neste trabalho. Como essas unidades do governo do Estado são absolutamente heterogêneas nas suas funções e na sua morfologia, além de não serem, nem de longe, próximas em número ao que a prefeitura mantém, decidiu-se eliminá-las da análise, mesmo que tivessem como função (primordial ou não) o lazer e a visitação pública. Nessa lista estão, dentre outros, o Parque Villa-Lobos, o Parque da Água Branca, o Horto Florestal, e o Parque Estadual da Cantareira.

Quanto aos parques municipais, todos são administrados pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, com alguns poucos casos de gestão compartilhada com organizações sociais. Não se localizou qualquer espécie de classificação da prefeitura de São Paulo sobre as unidades mantidas por ela. De maneira implícita, a grande diferenciação que se faz está entre os parques urbanos “tradicionais” e os lineares, principalmente por suas funções primordiais. Como, na prática, o uso público nesses parques está pautado essencialmente nas mesmas atividades (caminhada, trilhas, calçadas, quadras poliesportivas e brinquedos infantis, dentre outros), para o cidadão em busca de lazer a diferença é meramente de paisagem e localização. Não obstante, os parques municipais, embora até possam ter alguns exemplares de mata nativa, primária ou secundária, são compostos por elementos

muito característicos de natureza domesticada, já explicada anteriormente. Assim, por uma questão de semelhança morfológica e de objetivos, todos os parques municipais abertos ao público foram considerados para efeitos desta análise, ainda que a área de alguns seja muito maior que a de outros, para citar algumas das (pequenas) diferenças práticas.

Dessa forma, o universo de parques municipais considerados neste trabalho é de 72, os mesmos citados na tabela anterior. São aqueles que foram oficialmente inaugurados pela prefeitura e que constam de sua página eletrônica. Na realidade, alguns outros parques já foram dados como inaugurados no contexto do projeto “100 parques para São Paulo”, mas o próprio *site* não disponibiliza quaisquer informações de acesso, contato ou do que se pode fazer / ver / observar no parque. A existência dessas informações, aliás, foi o critério utilizado para que o parque pudesse ser aqui considerado. Isso não quer dizer que há muitas informações, por exemplo, sobre o Parque Linear do Fogo, mas consta a realização de atividades que vão além de um eventual uso descompromissado do espaço pelo visitante, o que significa que há a preocupação em disponibilizar alguma programação recreativa e/ou cultural na unidade.

Com a relação à distribuição, decidiu-se discutir dados em dois formatos: tabelas com aspectos quantitativos dessa distribuição nas variadas localidades do município e leitura de mapas produzidos especificamente para este trabalho.

As tabelas que seguirão foram organizadas pelo autor, contando com dados obtidos junto à prefeitura em seus portais na internet, assim como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes à população de São Paulo. Não foram ignorados os trabalhos já citados anteriormente de Kliass, Macedo e Bartalini, principalmente por estes detalharem o histórico de abertura dos parques, e as informações do passado fazem algumas inferências das análises e considerações finais fazerem mais sentido. Essencialmente, realizou-se uma série de observações assistemáticas nas tabelas, destacando-se indicadores de situações como falta de parques (geral ou em determinados pontos), áreas verdes em quantidade insuficiente para o contingente populacional relacionado, e assim sucessivamente.

A ausência de uma base cartográfica mais consistente e atualizada dos parques municipais de São Paulo gerou a necessidade da produção de alguns mapas. Com o suporte do Sr. Gilberto Back, responsável pelo Laboratório de

Planejamento e Marketing Turístico da Universidade Anhembi Morumbi, fazendo uso da Base Cartográfica DIGIBASE, de 2003, um Sistema de Informações Geográficas (SIG), foi possível para o autor ter em mãos materiais que possibilitaram uma análise mais ampla que somente a numérica com relação às possibilidades de acesso a parques municipais pelos moradores de São Paulo de uma forma geral.

A relação entre a distribuição dos parques pela cidade e a segregação foi demonstrada através do chamado *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo*, que é parte de um projeto de pesquisa que foi coordenado por Aldaísa de Oliveira Sposati, quando de sua gestão na Secretaria de Assistência Social da prefeitura. De acordo com Izique (2003), o Mapa é o

destaque do projeto de pesquisa Dinâmica Social, Qualidade Ambiental e Espaços Intra-Urbanos em São Paulo: Uma Análise Socioespacial, desenvolvido no âmbito do Programa de Pesquisas em Políticas Públicas da FAPESP. Resultado de parceria entre Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Instituto Pólis, o mapa, já em sua terceira versão, foi elaborado a partir da comparação dos dados dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1991, 1996 e 2000, de estatísticas municipais e dados da pesquisa Origem/Destino da Companhia do Metropolitano de São Paulo, que subdivide a cidade em 270 regiões.

O Mapa da Exclusão/Inclusão nada mais é que a representação gráfica do Índice de Exclusão/Inclusão (IEX) medido em todos os distritos do município de São Paulo. Trata-se de uma ampliação do conceito de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que é utilizado pela Organização das Nações Unidas quando avalia a qualidade de vida dos seus países membros. Essa ampliação, segundo Izique (2003), diz respeito ao seguinte:

Enquanto o IDH utiliza quatro indicadores para avaliar a situação socioeconômica das várias nações, o Índice de Exclusão usa 47 variáveis - que a equipe de pesquisadores chama de "utopias" - agregadas em quatro grandes áreas: autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade.

[...]

O indicador de Autonomia avalia a renda dos chefes de família e a oferta de emprego nos diversos distritos; o de Qualidade de Vida mede o acesso a serviços, como saneamento, saúde, educação, além de densidade habitacional e conforto domiciliar; o indicador Desenvolvimento Humano considera o nível de escolaridade dos chefes de família, longevidade, mortalidade infantil e juvenil e a violência; e o Índice de Equidade registra o grau de concentração de mulheres na condição de chefes de família. A cada um desses indicadores foram atribuídas notas decimais negativas e positivas, variando de -1 a 1, sendo o zero definido como o padrão básico de inclusão social. Os distritos foram classificados nesses intervalos em função da distância positiva ou negativa do padrão.

Nos próximos itens, estão os resultados seguindo-se os procedimentos acima.

### **3.2. A distribuição dos parques municipais na cidade de São Paulo**

Num primeiro momento, decidiu-se observar a distribuição simples dos mesmos pela cidade, levando-se em consideração duas divisões bastante conhecidas entre os moradores de São Paulo: a das subprefeituras e a dos distritos. Inicialmente, uma das maiores expectativas deste autor residia exatamente na elaboração deste produto. Na tabela 5 a seguir, pode-se observar a quantidade de parques por subprefeitura e por distrito.

Os resultados são reveladores: das 31 subprefeituras, cinco delas (São Mateus, São Miguel, Casa Verde/Cachoeirinha, Jaçanã/Tremembé e Cidade Ademar) não tem nenhum parque. Utilizando-se os dados populacionais do Censo 2010 do IBGE, são 1.808.531 moradores, na soma dessas subprefeituras, não atendidos por parques municipais, o que representa 16,07% da população total do município em 2010. Isso não significa que, eventualmente, não exista um parque de uma subprefeitura vizinha fisicamente mais próximo de um morador do que um futuro parque na própria subprefeitura em que ele vive, até porque a unidade subprefeitura é grande em comparação ao distrito, por exemplo. Mas, considerando aquela como unidade de medida, há sim o que se preocupar. São, de qualquer forma, subprefeituras grandes em número de moradores, e que como poderá ser visto adiante, estão entre as de maior situação de exclusão, e a falta de opções de lazer gratuitas certamente tem influência em índices, como por exemplo, o da violência.

Tabela 5 – Quantidade de parques municipais por subprefeitura e distrito

Regiões	Subprefeituras	Parques	Distritos	Parques
Leste	Aricanduva/Formosa/Carrão	4	Aricanduva	1
			Carrão	1
			Vila Formosa	2
	Cidade Tiradentes	3	Cidade Tiradentes	3
	Ermelino Matarazzo	2	Ermelino Matarazzo	2
			Ponte Rasa	0
	Guaianazes	2	Guaianases	0
			Lajeado	2
	Itaim Paulista	6	Itaim Paulista	3
			Vila Curuçá	3
	Itaquera	2	Cidade Líder	0
			Itaquera	0
			José Bonifácio	1
			Parque do Carmo	1
	Mooca	2	Água Rasa	0
			Belém	0
			Brás	1
			Moóca	0
			Pari	0
	Penha	2	Tatuapé	1
			Artur Alvim	0
			Cangaíba	2
			Penha	0
São Mateus	0	Vila Matilde	0	
		Iguatemi	0	
		São Mateus	0	
São Miguel	0	São Rafael	0	
		Jardim Helena	0	
		São Miguel	0	
Vila Prudente/Sapopemba	2	Vila Jacuí	0	
		São Lucas	1	
		Sapopemba	0	
Oeste	Butantã	6	Vila Prudente	1
			Butantã	2
			Morumbi	1
			Raposo Tavares	1
			Rio Pequeno	2
	Lapa	2	Vila Sônia	0
			Barra Funda	0
			Jaguara	1
			Jaguaré	0
			Lapa	0
	Pinheiros	4	Perdizes	0
			Vila Leopoldina	1
Alto de Pinheiros			0	
Itaim Bibi			1	
Centro	Sé	4	Jardim Paulista	2
			Pinheiros	1
			Bela Vista	0
			Bom Retiro	0
			Cambuci	0
			Consolação	2
			Liberdade	1
			República	0
Santa Cecília	1			
Sé	0			

**Tabela 5 – Quantidade de parques municipais por subprefeitura e distrito (continuação)**

Regiões	Subprefeituras	Parques	Distritos	Parques
Norte	Casa Verde/Cachoeirinha	0	Cachoeirinha	0
			Casa Verde	0
			Limão	0
	Freguesia/Brasilândia	1	Brasilândia	1
			Freguesia do Ó	0
	Jaçanã/Tremembé	0	Jaçanã	0
			Tremembé	0
	Perus	1	Anhanguera	1
			Perus	0
	Pirituba	7	Jaraguá	2
			Pirituba	3
			São Domingos	2
	Santana/Tucuruvi	1	Mandaqui	0
			Santana	0
Tucuruvi			1	
Vila Maria/Vila Guilherme	2	Vila Guilherme	1	
		Vila Maria	1	
		Vila Medeiros	0	
Sul	Campo Limpo	4	Campo Limpo	1
			Capão Redondo	1
			Vila Andrade	2
	Capela do Socorro	4	Cidade Dutra	2
			Grajaú	1
			Socorro	1
	Cidade Ademar	0	Cidade Ademar	0
			Pedreira	0
	Ipiranga	1	Cursino	0
			Ipiranga	1
			Sacomã	0
	Jabaquara	2	Jabaquara	2
	M'Boi Mirim	2	Jardim Angela	1
			Jardim São Luís	1
	Parelheiros	1	Marsilac	0
			Parelheiros	1
	Santo Amaro	2	Campo Belo	0
			Campo Grande	0
			Santo Amaro	2
	Vila Mariana	2	Moema	1
Saúde			0	
Vila Mariana			1	

**Fontes:** São Paulo (2012), São Paulo (2010), Whately (2008), organizados pelo autor

Fazendo-se a mesma leitura para os distritos, percebe-se uma situação mais grave: nada menos que 47 distritos, praticamente a metade de um total de 96, não têm um parque municipal em sua área. São pouco mais de 5 milhões de moradores de São Paulo que tem de deslocar para bairros próximos para recrear-se sozinho ou em grupos.

Na figura 1 a seguir está representada, num mapa do município de São Paulo dividido por seus distritos, a localização dos parques municipais.

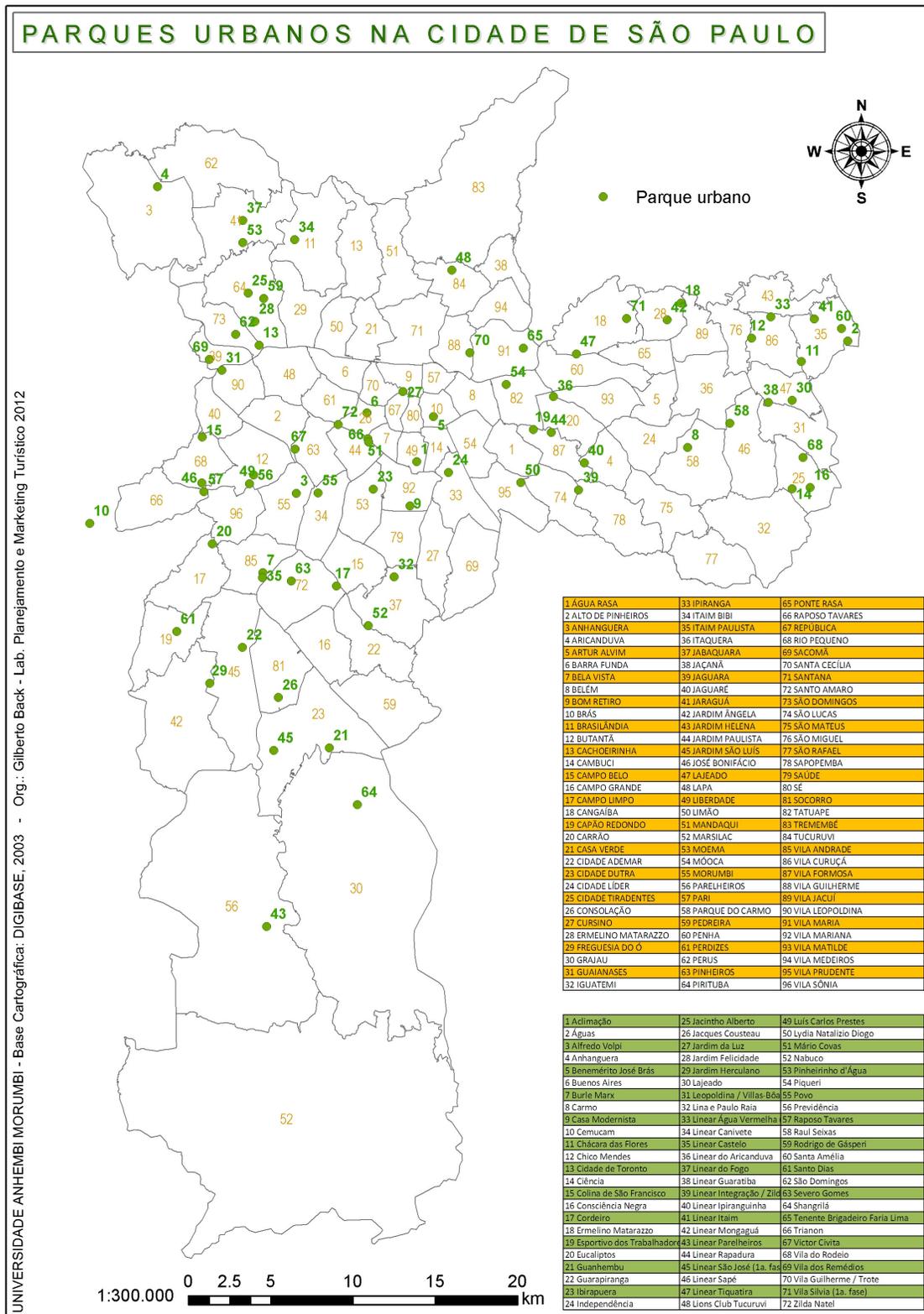
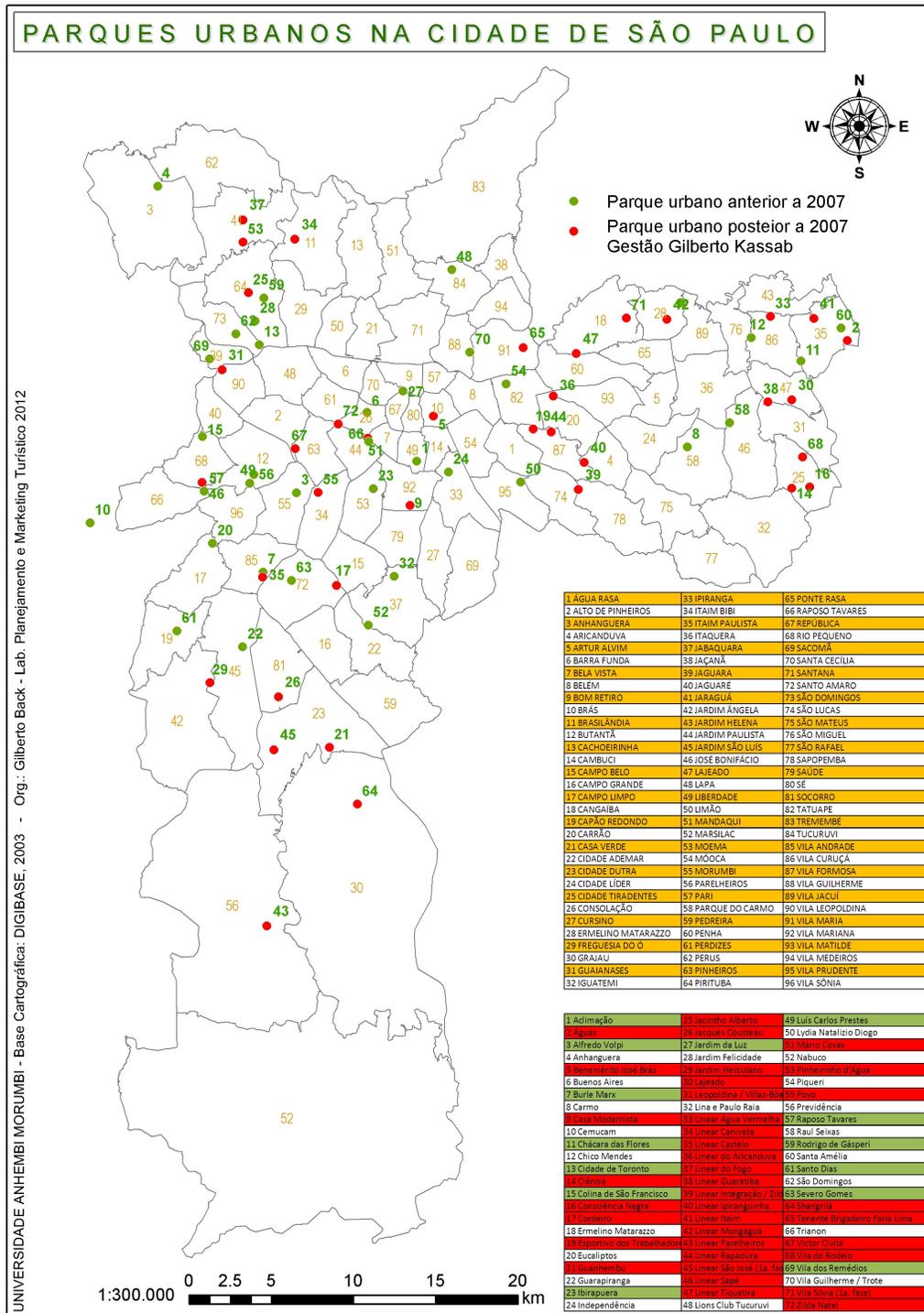


Figura 1 – Distribuição dos parques municipais em São Paulo

Nota-se pelo mapa que a existência de um parque municipal não resolve o problema da segregação espacial num distrito qualquer em questão. Um morador de uma extremidade qualquer do Grajaú (número 30 em laranja) que não more nas proximidades do parque Shangrilá (número 64 em verde) certamente terá grandes dificuldades de acesso, pois não parece que a rede de transporte público dentro desse distrito seja razoável, até porque a leitura da escala demonstra que não se trata de uma distância que possa ser percorrida a pé. De qualquer forma e, acima de tudo, o cidadão não deveria ser exposto a um deslocamento enorme para aproveitar o seu tempo livre.

É interessante notar, por outro lado, que o programa “100 parques para São Paulo” dobrou (de 36 para 72) o número de parques desde 2007, quando da entrada de José Serra na prefeitura, que um ano e meio depois foi substituído por seu vice, Gilberto Kassab. Nesse sentido, a atuação de um médico, o Sr. Eduardo Jorge Sobrinho, ligado ao Partido Verde, foi de extrema importância. A figura 2, abaixo, mostra o impacto espacial da criação dos parques. É fácil notar como muitos deles estão nos distritos mais periféricos. Entretanto, os materiais mais recentes (como o Guia de Parques Municipais feito pela própria SVMA) dão a entender que a preocupação com o lazer não é prioritária, e sim responder às pressões da sociedade e da imprensa com relação à falta de áreas permeáveis que possam absorver as águas das chuvas, evitando as enchentes na cidade. A criação em grande número dos parques lineares responde exatamente a essa inquietação.



**Figura 2 – Distribuição dos parques municipais pré e pós gestão Kassab**

É importante mencionar que há uma grande extensão de unidades de conservação (parques estaduais e áreas de proteção ambiental) nos extremos Norte

e Sul, na área total do município de São Paulo. Embora importantes para a manutenção da biodiversidade e por uma série de outras razões que não devem ser discutidas neste momento, deve-se lembrar de que se trata de espaços onde a prática do lazer é proibida ou é restrita a pequenos trechos, não resolvendo o problema do acesso ao lazer que se verifica nestas áreas. Pior: por serem unidades de conservação, a resolução dos problemas de segregação e exclusão é ainda mais complexa, pois diversas atividades econômicas são proibidas, outra discussão que não pode ser estendida agora.

Outra observação importante diz respeito a relacionar, para cada distrito de São Paulo, a quantidade de parques municipais, a área que estes equipamentos somam, a população e o índice de área verde por pessoa.

A Tabela 6, abaixo, foi construída com dados disponibilizados pela prefeitura que, por sua vez, utiliza os dados demográficos coletados pelo IBGE em 2010.

**Tabela 6 – Quantidade de parques municipais e população por subprefeitura**

Subprefeitura	Parques	Área (m <sup>2</sup> )	População	m <sup>2</sup> /hab
Aricanduva/Formosa/Carrão	4	469337	267702	1,75
Butantã	6	528629	428217	1,23
Campo Limpo	4	347727	607105	0,57
Capela do Socorro	4	238299	594930	0,40
Casa Verde/Cachoeirinha	0	0	309376	0,00
Cidade Ademar	0	0	410998	0,00
Cidade Tiradentes	3	930335	211501	4,40
Ermelino Matarazzo	2	65181	207509	0,31
Freguesia/Brasilândia	1	120000	407245	0,29
Guaianases	2	65000	268508	0,24
Ipiranga	1	161300	463804	0,35
Itaim Paulista	6	394292	373127	1,06
Itaquera	2	1533000	523848	2,93
Jabaquara	2	46300	223780	0,21
Jaçanã/Tremembé	0	0	291867	0,00
Lapa	2	164800	305526	0,54
M'Boi Mirim	2	227877	563305	0,40
Mooca	2	119500	343980	0,35
Parelheiros	1	16000	139441	0,11
Penha	2	324400	474659	0,68
Perus	1	9500000	146046	65,05
Pinheiros	4	179644	289743	0,62
Pirituba	7	578116	437592	1,32
Santana/Tucuruvi	1	23700	324815	0,07
Santo Amaro	2	68900	238025	0,29
São Mateus	0	0	426794	0,00
São Miguel Paulista	0	0	369496	0,00
Sé	4	252986	431106	0,59
Vila Maria/Vila Guilherme	2	227131	297713	0,76
Vila Mariana	2	1596710	344632	4,63
Vila Prudente/Sapopemba	2	284000	531113	0,53
Total (onde há parques)	72	18463164	9814468	1,88
sem Anhanguera (Perus)	71	8963164	9668422	0,93
Total Geral	71	18463164	11253503	1,64

Deve-se atentar para o fato de um único Parque (Anhanguera) ser responsável por quase metade da área de São Paulo em parques municipais. Logo, o índice de 1,69m<sup>2</sup> é relativo e não foi ainda minimizado pelas áreas recentemente criadas, tendo apenas recuperado parcialmente o aumento da população durante o século XX.

Neste momento, convém fazer um esclarecimento. O presente autor já citou, neste trabalho, números da relação entre a área em parques de um determinado distrito, por exemplo, e sua população. Na cidade de São Paulo, esse índice calculado é sempre muito baixo, mas é um tanto relativo. Em reportagens de jornais e revistas (científicas inclusive) faz-se menção a um suposto critério da Organização Mundial da Saúde (OMS) que estabelece uma média de 12 m<sup>2</sup> de área verde por habitante de uma cidade. Ainda que esse critério faça sucesso na mídia ou exatamente por isso, deve-se mostrar seu equívoco, pois consideraria todas as áreas verdes de uma cidade, incluindo aquelas em que o uso recreativo é impossível ou inviável, como os canteiros de avenidas. Além disso, não há qualquer confirmação de que a OMS um dia estabeleceu esse índice.

Independentemente de a observação ser feita considerando-se os distritos ou as subprefeituras como unidade de análise, também não se quer dizer que hordas de moradores estão necessariamente alijados do contato com o verde, uma vez que uma série de índices de áreas verdes não está sendo aproveitada neste trabalho, como por exemplo: as praças municipais, espaços como os Clubes Escola, os Centros Educacionais Unificados e os próprios parques estaduais, que metodologicamente foram excluídos da análise. Também não quer dizer que a cidade como um todo tem áreas verdes de menos. Na realidade, somadas as unidades de conservação e áreas de preservação ambiental, a cidade teria, supostamente, mais de 50m<sup>2</sup> de área verde por pessoa, mas como se vê, muitíssimo pouco disso está efetivamente à disposição do cidadão para o usufruto do lazer.

### **3.3. A segregação no acesso aos parques municipais e a relação com as áreas de inclusão / exclusão**

A leitura do subcapítulo anterior leva à seguinte constatação: a inexistência de parques municipais em cinco subprefeituras ou 47 distritos, e os baixíssimos índices de área verde por habitante em subprefeituras populosas como as de Campo Limpo, Capela do Socorro e Vila Prudente sugerem que há um processo histórico de segregação de grandes massas populacionais nos extremos da cidade de São Paulo. Como já fora relatado no capítulo 2, a expulsão dos trabalhadores da região central de São Paulo, de meados do século XIX até o presente momento gerou, dentre outras situações, ocupação irregular, loteamentos clandestinos ou

simples compra de terrenos para a autoconstrução nas bordas da cidade, a chamada periferia, onde o planejamento e a ação do poder público demoram a chegar – quando chega – e em geral trata apenas de corrigir uma situação quase sempre calamitosa.

A segregação espacial, aquela em que a residência nada mais é que o dormitório do trabalhador, em geral está diretamente relacionada com a exclusão socioeconômica. E, em mais uma coincidência infeliz, a exclusão socioeconômica quase sempre tem a ver com a segregação no acesso ao lazer.

A relação entre a distribuição dos parques pela cidade e a segregação foi demonstrada através do chamado *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo*, como já citado anteriormente.

O Mapa hierarquiza os 96 distritos de São Paulo com relação à exclusão ou à inclusão. Na figura a seguir os tons azulados indicam a inclusão (notas positivas), e os que variam de amarelo a marrom, a exclusão. A figura ao lado, por sua vez, apresenta o mapa com os 72 parques municipais de São Paulo abertos ao público e que passaram pelos filtros listados no item 3.1 deste trabalho.

O Mapa da Exclusão permite uma boa comparação entre a situação da população em diversos quesitos de caráter socioeconômico e a existência de áreas de lazer, especificamente os parques municipais. É possível perceber, ainda, que a segregação espacial é tão danosa, no mínimo, quando há exclusão social ou a exclusão econômica. Um empresário morando na periferia da Região Metropolitana tem menos acesso aos bens culturais da cidade do que um indivíduo pobre que mora em bairros culturalmente mais ativos.

Por outro lado, mesmo bairros centrais e tidos como privilegiados nos critérios de inclusão social não podem ser considerados supridos desse tipo de área verde. Nesse caso, como alguns são de ocupação mais antiga, a vegetação foi substituída pelas construções em concreto, impossibilitando ou dificultando, há décadas, o estabelecimento de novos parques urbanos.

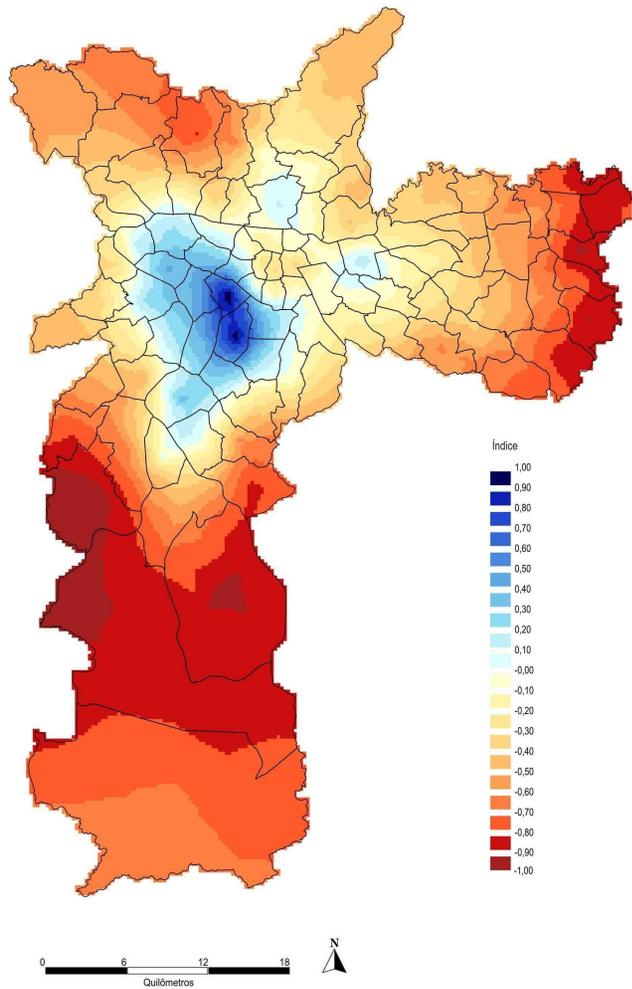


Figura 3 – Mapa da Exclusão – São Paulo

Fonte: SÃO PAULO, 2002.

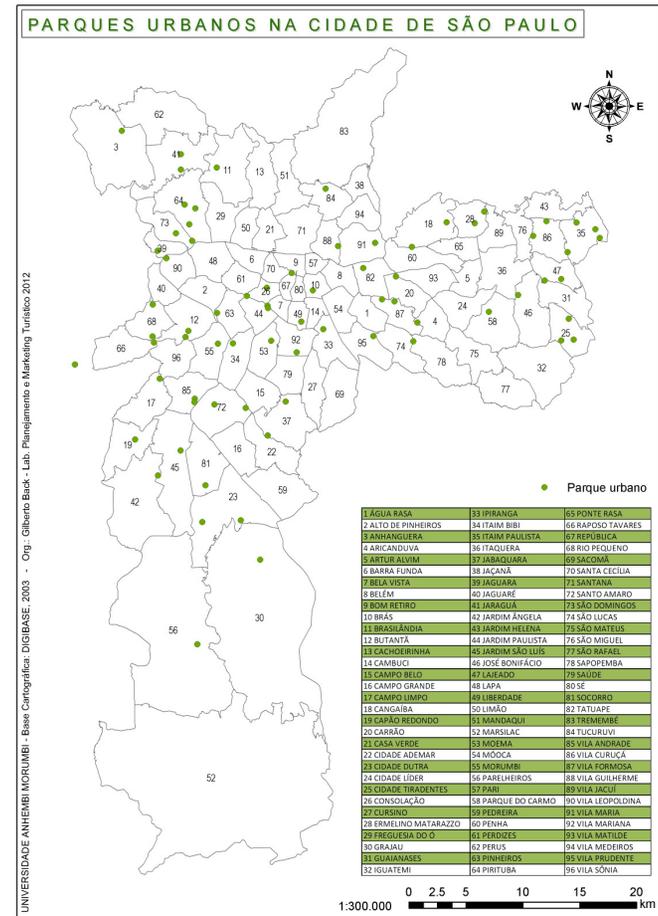


Figura 4 – Mapa dos parques municipais de S. Paulo

Fonte: SÃO PAULO, 2010.

Nota-se que a maior concentração de parques municipais (representados pelas bolinhas verdes da figura 4) está exatamente nas áreas em azul do Mapa da Exclusão, ou seja, atendem públicos de maior qualidade de vida, e onde de fato estão alguns dos bairros mais tradicionais e elitizados da cidade, como Jardins, Higienópolis e Moema. Nas demais áreas, os parques urbanos são raros, em especial no extremo sul e em extensas áreas da zona leste.

A tese de Bartalini (1999) tem um dado revelador: em pesquisa realizada junto aos frequentadores de oito parques (Aclimação, Anhanguera, Carmo, Guarapiranga, Ibirapuera, Luz, Piqueri e Previdência), cerca de 50% do total de entrevistados tinha como origem distritos de baixa qualidade de vida segundo o Mapa da Exclusão. Ou seja, o papel dos parques no provimento de lazer é de fundamental importância, visto que provavelmente não haveria outra forma desse contingente populacional aproveitar seu tempo livre fora de casa. Este dado é corroborado por outro da mesma tese: em alguns dos parques citados, mais de 30% dos visitantes reside a mais de 10 km de distância desses parques, demonstrando, eventualmente, a falta de opções de lazer próximas às residências de parte dos paulistanos.

Pior é perceber, ainda pela leitura dos materiais da prefeitura e de Whately (2008), que a expansão das áreas verdes tem muito mais relação com a redução das chamadas “ilhas de calor” e a adequação da cidade a acordos internacionais como o Protocolo de Kioto do que com a expansão da oferta de áreas verdes de lazer. Até mesmo a atração de investimentos é colocada como um motivo para a criação de parques!

Não que o lazer e a recreação tenham sido deixados de lado. Ao contrário, os novos parques contam com equipamentos como quadras poliesportivas e brinquedos, dentre inúmeros outros elementos, mas a aparente falta de comunicação e articulação entre a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA, que cria e administra os parques municipais) e a Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação diz tudo. Não há qualquer menção a esta última em qualquer material referente aos parques urbanos de São Paulo. Mesmo as atividades existentes nos parques são todas coordenadas pela SVMA, o que parece um contrassenso.

Hoje se instala uma perspectiva nova que é a da importância econômica dos parques como valor agregado aos imóveis da vizinhança e à cidade. A pequena distância de um parque é fator valorizado na publicidade de prédios e edifícios, o

que se reflete no aumento de seu IPTU. O problema diz respeito à manutenção dos parques, que dispõem de verba exígua enquanto suas receitas (pontos de comércio licitados, cessão de espaços para publicidade) se perdem no erário público.

A transformação de um parque em Fundação pode ser uma das soluções. Além de recursos do poder público, os parques poderiam buscar e utilizar recursos adicionais. A ideia, também aqui válida para diferentes parques, já vem sendo objeto de duas iniciativas - uma já implantada (Fundação Aaron Birman para o Parque Burle Max) e outra, em estudo na Câmara Municipal, desde a década de 1980, a Fundação do Parque do Ibirapuera. No primeiro caso, a municipalidade não transfere recursos; transfere encargos de gestão, define diretrizes de gerenciamento e utilização e avalia resultados. A Prefeitura e a Secretaria do Verde e Meio Ambiente estabelece em conjunto com a Fundação metas de desenvolvimento e valorização do Parque, respeitadas as diretrizes do Plano Diretor e de seu regulamento.

Já no caso da Fundação do Parque do Ibirapuera, a Fundação ficaria subordinada ao executivo municipal, tendo no seu Conselho Curador alguns membros natos, como o Secretário Municipal de Cultura, o Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, o Secretário Municipal de Serviços e Obras, o Secretário de Estado da Cultura, os Presidentes da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e de Meio-Ambiente e da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal, bem como dois representantes de equipamentos culturais situados dentro dos limites do Parque, dois representantes de entidades culturais em geral, dois representantes de entidades ambientalistas, dois representantes de entidades ligadas ao esporte amador e ao lazer, um representante do Conselho Municipal de Turismo, um representante da Associação de Usuários e Amigos do Parque, um representante dos permissionários do uso do Parque, bem como até três representantes de outras entidades. Mesmo sem entrar mais profundamente na questão, não é demais mencionar a excessiva participação do poder público. A gestão dividida entre o setor público, privado e entidades sem fins lucrativos é o embrião daquilo que já foi definido por Dumazedier (1976).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se mostrar aqui a importância dos parques urbanos municipais e as formas como o poder público e a sociedade vêm atuando na implantação de uma rede de parques na cidade de São Paulo. Hoje se trabalha com um cenário favorável à ampliação dos parques urbanos, tanto em quantidade como em área. Eles pouco a pouco ganharam importância progressiva no planejamento urbano e disputam com os centros culturais, os grandes monumentos, e até mesmo com os shoppings a condição de novas “catedrais” urbanas.

Entretanto, em que pesem as recentes iniciativas para a implantação de parques urbanos na cidade de São Paulo, elas são insuficientes para reparar uma histórica negligência dos poderes públicos no provimento de áreas públicas de lazer.

Mesmo ao final do programa “100 Parques para São Paulo”, fica claro que a quantidade de parques municipais ainda será insuficiente para atender os mais de 11 milhões de moradores do município, pois alguns têm e terão de se deslocar por muitos quilômetros para ter acesso a alguma dessas áreas.

O presente estudo identificou a má distribuição dos parques pela cidade pelas simples observação de mapas produzidos e aqui impressos ao longo deste trabalho. Se observou pelos dados que o número de distritos sem parques do município é muito significativo e, considerando que esses distritos tem uma área considerável, em muitos casos isso implica num deslocamento dos moradores muito além da classificação apresentada por Coronio e Muret (1974).

Não obstante, verificou-se que, se por um lado a disponibilização de dados demográficos é farta e detalhada, tanto pela prefeitura como pelo IBGE e pela Fundação Seade, os dados sobre os parques implantados são escassos e, muitas vezes, ocultos. Dentro da página eletrônica da prefeitura há parques sem seu próprio *link*, o que impediu, pela suposta fonte mais confiável, a verificação da área dessas unidades, informação esta que acabou sendo retirada do “Guia dos Parques Municipais”, impresso no início de 2010, que citava a área dos parques que ainda seriam criados. Além disso, os mapas que foram localizados na internet não mostram as áreas criadas em 2010 e 2011 e incluem unidades que ainda mal foram desapropriadas, que dirá abertas ao uso público, gerando a necessidade de uma atuação paralela por parte do pesquisador, com o apoio de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e de um consultor especializado no assunto, na construção um

mapa que permita a análise acima mencionada com mais clareza e profundidade. Por isso mesmo, foi necessário coletar informações mais confiáveis sobre as áreas dos parques, pois há contradições e omissões entre os próprios materiais da prefeitura.

A análise dos materiais da prefeitura fez entender que o desenvolvimento de atividades recreativas, educativas, de descanso é um item marginal na criação das novas unidades e, para que não se fique apenas na especulação, eventualmente injusta, é importante dar voz a quem responde pela implantação dos parques municipais, o que infelizmente não foi possível fazer neste trabalho.

Enfim, foi possível afirmar que o processo de periferização e segregação espacial da população de São Paulo leva à necessidade de um novo paradigma no planejamento da construção de espaços públicos de lazer e recreação. Esse paradigma, na verdade, já deveria existir, pois a área do município é a mesma há pelo menos três décadas e nesse período já havia pessoas morando nos bairros mais distantes do centro. É histórica também a omissão da Prefeitura em fiscalizar os loteamentos e obrigar a prever e destinar áreas para o lazer e outras necessidades coletivas. Embora hoje a distribuição dos equipamentos de lazer públicos, com destaque para os parques urbanos, seja feita nas áreas menos interessantes aos empreendedores imobiliários (não por coincidência algumas das mais populosas e que concentram os indivíduos mais carentes em termos socioeconômicos), isso não ocorre na quantidade e velocidade desejadas.

Somente uma política perene de proteção às áreas de mananciais, de regularização de loteamentos clandestinos, de ocupação racional dos espaços ainda pouco urbanizados e, principalmente, de estabelecimento de áreas verdes de lazer e recreação levará a este novo paradigma para os parques urbanos municipais na cidade de São Paulo e, assim, também contribuir para a redução da desigualdade social.

Pode-se dizer que a falta de áreas verdes públicas especialmente preparadas para o lazer dificulta a integração social e aumenta a sensação de distanciamento e segregação imposta aos moradores dos bairros periféricos de São Paulo, já que a necessidade de recreação simples não será repostas pelo lazer de consumo, pois esse também passa longe das áreas mais afastadas do centro, para citar apenas um exemplo.

A longo prazo, em países ainda fortemente marcados por essa cultura tradicional, e, a curto prazo para as sociedades de urbanização mais consolidada, o panorama que se desenha é o de uma cidade que poderia ser chamada de verde. Uma cidade que, segundo Novarina (2003; p.15), “abole as fronteiras entre a cidade e o campo, em que os espaços naturais não estão mais situados fora da cidade, mas nos interstícios criados pela justaposição de formas urbanas”.

Finalmente, lamente-se que as áreas verdes não sejam consideradas no mesmo nível de importância que as áreas azuis (espelhos d'água de tamanhos variados). O descaso com as represas, com os rios, lagos e córregos da cidade e com seu aproveitamento lúdico é tema que ainda nem entrou em pauta. Afinal, as atividades ao lar livre são as que mais crescem, seja na busca do contraponto sol/água (ou na fórmula mais ampla e completa dos anglo-saxões, o *sex, sand and sea*) seja em fórmulas que associam o prazer de estar em meio ao azul da água e do céu, associados a ambientes preservados. Fala-se aqui, em São Paulo, de um Tietê limpo e balneável como o Tâmisia em Londres e como o próprio Tietê o foi até o início do século XX. Será?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTALINI, Vladimir. **Parques públicos municipais de São Paulo**. 1999. 324 f. Tese (Doutorado). FAU/USP, São Paulo, 1999.

BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Revista Espaço e Debates**. São Paulo: NERU, v.23, n.43-44, jan/dez, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2003.

CAMARGO, L. et al. O raio de influência do Parque Ibirapuera. Pesquisa conduzida com os alunos da EACH-USP coordenados por Jéssica Nagae. Documento disponível na biblioteca da EACH.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CARTA DE ATENAS, 1933. Disponível em: <<http://pet.ecv.ufsc.br/download/Reuni%F5es%20culturais/Reuni%F5es%20em%20PDF/CARTADEATENAS.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

CORONIO, Guy; MURET, Jean-Pierre. **Loisirs: guide pratique des équipements**. Paris: CRU, 1976.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **Educação e Sociedade**, v. 20. n. 69, dez. 1999.

FLUSSER, Vilém. **Fenomenologia do brasileiro**. Disponível em: <<http://textosdevilemflusser.blogspot.com>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

GOMES, Christianne Luce; MELO, Victor Andrade de. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 23-44, jan./abr. 2003.

IBGE. **Cidades@**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=355030#](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=355030#)>. Acesso em: 10 dez. 2011.

IZIQUÉ, Cláudia. Mapa da exclusão. **Revista Fapesp**, São Paulo, n. 83, jan. 2003.

KLIASS, Rosa Grená. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEITÃO, Catarina. **Natureza domesticada (tamed nature)**. 2002. Disponível em: <[http://www.catarinaleitao.net/2002\\_ND/tn\\_por.html](http://www.catarinaleitao.net/2002_ND/tn_por.html)>. Acesso em: 10 jun. 2012.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2010.

MANTOVANI, Marta Silvia Maria; GLEZER, Raquel. Parques urbanos e suas múltiplas funções. In: MANTOVANI, Marta Silvia Maria; GLEZER, Raquel (Orgs.). **Parques urbanos: preservação e lazer nas áreas públicas**. São Paulo: Planetaterra, 2009.

NOVARINA, Gilles. **Plan et projet: l'urbanisme en France et en Italie**. Paris: Anthropos, 2003.

OBSERVATÓRIO Cidadão Nossa São Paulo. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

PANZINI, Franco. **Per i piaceri del popolo: L'evoluzione del giardino pubblico in Europa dalle origini al XX secolo**. Bologna: Zanichelli, 1993.

PENHALBER, E. F.; KOHLER, M. C. M.; CORTES, M. T. M.; CABRAL, V. B. Aspectos urbanísticos de espaços públicos e áreas verdes. In: ROMÉRO, M. A.; PHILIPPI JÚNIOR, A.; BRUNA, G. C. (Editores). **Panorama ambiental da metrópole de São Paulo**. São Paulo: Signus, 2004.

SEGAWA, Hugo. São Paulo, veios e fluxos: 1872-1954. In: PORTA, Paula. **História da cidade de São Paulo**, v.3: a cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PRONOVOST, Gilles. **Temps, culture et société**. Québec: Presses Universitaires du Québec, 1983.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Milton. Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Geografia**, v.29, n.4, 1967.

SÃO PAULO (Município). **Infocidade**. Disponível em: <<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?cat=7&titulo=Demografia>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. **Parques**. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio\\_ambiente/parques/](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/)>. Acesso em: 12 fev. 2012.

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. **Guia dos parques municipais de São Paulo volume 2**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2010.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano. **Histórico demográfico do município de São Paulo**. São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico\\_demografico/index.php](http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/index.php)>. Acesso em: 11 dez. 2010.

SÃO PAULO (Município). Mapa da Exclusão/Inclusão. 2002. **Município em mapas**. Disponível em: <[http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/mapas/intro\\_ei.pdf](http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/mapas/intro_ei.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2010.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002. **Plano Diretor Estratégico**. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento\\_urbano/legislacao/plano\\_diretor/index.php](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/legislacao/plano_diretor/index.php)>. Acesso em: 10 fev. 2012.

SILVA, Júnior Vagner Pereira da; NUNES, Paulo Ricardo Martins. Parques públicos de lazer de interesse físico esportivo. **Licere**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jun. 2009.

SCHREIBER, Yara. **Domingo no parque**: um estudo da relação homem-natureza na metrópole paulistana. 1997. 170 f. Dissertação (Mestrado). FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo**. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

VIGARELLO, G. **Histoire des pratiques de santé**, Paris, Seuil, 1993.

WHATELY, Marussia et al. **Parques urbanos municipais de São Paulo**: subsídios para a gestão. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

### **Dissertações e teses**

ALBUQUERQUE, M. Z. A. de. **Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana**: memórias, rugosidades e metamorfoses – Estudo dos parques urbanos 13 de maio, Recife-Brasil e do Tiergarten, Berlim-Alemanha. Dissertação (mestrado em geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

BARONE, A. C. C. **Ibirapuera**: parque metropolitano (1926-1954). Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007.

BURJATO, Ana Lúcia Pinto de Faria. **Parques acessíveis – um direito de cidadania**. Aplicação de procedimentos para avaliação de projeto implantado: o caso do Parque Villa Lobos. 2004. Dissertação (Mestrado). FAU/USP, São Paulo, 2004.

CALAÇA, J. **Parque Trianon** – São Paulo. Disponível em <http://jeguiando.com/2008/02/09/parque-trianon-sao-paulo/>. Acesso em 29 de outubro de 2011.

CORRÊA, D. A. **Domingo no parque**: A (sobre) vivência do lazer nos parques públicos municipais da zona leste da cidade de São Paulo. Dissertação (mestrado em história) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

FERREIRA, Adjalme Dias. **Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos**: o caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado em

ciência ambiental), Niterói, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2005.

KLIASS, R. G. **A evolução dos parques urbanos na cidade de São Paulo**. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo) – Universidade de São Paulo, 1989.

LARUCCIA, M. A. F. **Parques urbanos e a cidade de São Paulo: o Parque Estadual Villa Lobos**. Dissertação (mestrado em geografia) – Universidade de São Paulo, 2004.

MACARRÃO, L. F. **O parque público na cidade de São Paulo: 1989-2008**. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, 2009.

MARTINS, R. W. A. **A imagem do Parque Trianon via mídia impressa e na percepção urbana dos usuários**. Dissertação (mestrado em comunicação) – Universidade Paulista, 2002.

MIGLIONICO, R. I. **Parque do Ibirapuera: um ícone da paisagem paulistana**. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007.

NUNES JUNIOR, P. C. **Espaço para o tempo livre: considerações sobre lazer e apropriação do espaço urbano no Parque do Ibirapuera**. Dissertação (mestrado em educação física) – Universidade Estadual de Campinas, 2009.

OLIVEIRA, A. L. de. **Parque do Flamengo: avaliação de um parque urbano sob ponto de vista do uso do espaço**. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo) Universidade Federal Fluminense, 2007.

OLIVEIRA, C. A. de. **Meio ambiente e cotidiano: a qualidade de vida na cidade**. Dissertação (mestrado em direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

SANTINI, R. de C. G. **O aproveitamento dos espaços livres urbanos para os lazeres**. Dissertação (mestrado em ciências da comunicação) – Universidade de São Paulo, 1987.

SILVA, L. de J. M. da. **Parques urbanos: a natureza na cidade – uma análise da percepção dos atores urbanos**. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento sustentável) – Universidade de Brasília, 2003.

SILVEIRA, R. da S. **Cidade e lazer em São Paulo**. Dissertação (mestrado em geografia) – Universidade de São Paulo, 2003.

SOUZA, Felipe Silveira de. **O espaço público contemporâneo: a complexidade vista a partir de parques urbanos em Porto Alegre**. Dissertação (mestrado em geografia), Porto Alegre, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

TEIXEIRA, Ricardo dos Santos. **Análise da apropriação pelos usuários de parques urbanos**: estudo de casos na Bacia da Pampulha – Belo Horizonte, MG. Dissertação (mestrado em ciência florestal), Viçosa, Universidade de Federal de Viçosa, 2007.